

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
ESCOLA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES E HUMANIDADES
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

AMANDA KARINNE DE SOUSA OLIVEIRA

SER BRASILEIRO E GOIANO NA HISTORIOGRAFIA:
DOS RELATOS DE SAINT-HILAIRE ÀS CONCEPÇÕES DE PAULO PRADO

GOIÂNIA

2022

AMANDA KARINNE DE SOUSA OLIVEIRA

**SER BRASILEIRO E GOIANO NA HISTORIOGRAFIA:
DOS RELATOS DE SAINT-HILAIRE ÀS CONCEPÇÕES DE PAULO PRADO**

Monografia apresentada à Pontifícia Universidade Católica de Goiás como requisito parcial para a obtenção da graduação em Licenciatura em História.
Orientadora: Profa. Ma. Simone Cristina Schmaltz de Rezende e Silva.

GOIÂNIA

2022

AMANDA KARINNE DE SOUSA OLIVEIRA

**SER BRASILEIRO E GOIANO NA HISTORIOGRAFIA:
DOS RELATOS DE SAINT-HILAIRE ÀS CONCEPÇÕES DE PAULO PRADO**

Monografia apresentada ao curso de Licenciatura em História da Pontifícia Universidade Católica de Goiás como requisito final de conclusão de curso, sob orientação da professora e mestra Simone Cristina Schmaltz de Rezende e Silva.

BANCA EXAMINADORA

Examinador:

Prof. Dr. Eduardo Gusmão de Quadros

Examinador:

Prof. Dr. Eduardo José Reinato

Orientadora:

Profa. Ma. Simone Cristina Schmaltz de Rezende e Silva

GOIÂNIA

2022

*Dedico a todos que contribuíram de alguma forma
nessa jornada...*

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus por ter me dado forças em momentos que eu pensei em desistir. Gostaria de agradecer à minha família (minha madrinha e meus tios do ‘nós’) e especialmente à minha mãe Fernanda e ao meu pai Jorge, que sempre estiveram ao meu lado me apoiando em todas as minhas aventuras e loucuras. Sou eternamente grata por esses pais maravilhosos que Deus me concedeu, visto que é graças a eles que esse sonho se tornou possível de ser realizado.

Agradeço ao meu amigo Thiago que o curso de História me presenteou com sua amizade. Ao meu melhor amigo de infância Fernando que passou madrugadas me confortando e me incentivando. E por fim, à minha melhor amiga Jordana, que me recordo no primeiro semestre e início dessa amizade, me encorajar a estudar História de Goiás e eu como uma caloura ‘ignorante’, não dei valor a esse conselho. Mas hoje me encontro aqui, completamente apaixonada por essa história, a história do meu povo.

Sou imensamente grata aos meus professores que sempre estiveram disponíveis a todos os alunos. Mas quero destacar dois em especial, que sem eles essa jornada não teria tido seu começo. Antônio Luiz, o grande professor do curso de História da PUC Goiás, que desde meu segundo período esteve pegando no meu pé e me incentivado na loucura que é estudar e amar historiografia, além de me apresentar a grande obra *Retrato do Brasil* de Paulo Prado, da qual faço análise nessa monografia. Simone Schmalz, essa professora de nome grande e complicado foi a responsável pelo meu amor em estudar a História do Brasil e História de Goiás. Fui sua monitora em três disciplinas, tentamos realizar um projeto de Iniciação Científica que infelizmente não deu certo por conta da pandemia da COVID-19 e agora ela foi minha orientadora e eu não poderia pedir uma melhor.

Enfim, não poderia deixar de agradecer a esse curso grandioso que é História. Não se trata apenas de um curso, é um estilo de vida. Você é jogado para fora de sua zona de conforto e é convidado a se tornar uma pessoa crítica e ativa na sociedade. Você passa a enxergar o mundo com outros olhos, tudo é história! Tudo pode ser problematizado, questionado, mudado e compreendido. A história pintou cores na minha vida preta e branca e me fez tornar a mudança que quero ver no mundo.

*Prepare o seu coração
Pras coisas que eu vou contar
Eu venho lá do sertão...
E posso não lhe agradar.*

Geraldo Vandré & Théo de Barros

RESUMO

Essa monografia se propõe analisar a construção da identidade do brasileiro, estabelecida nos alicerces da luxúria e da cobiça na obra *Retrato do Brasil*, sob a perspectiva do mecenas do modernismo brasileiro Paulo Prado. Se propõe a compreender também, como se deu a consolidação do imaginário decadente da Província de Goiás, que por muito tempo representou a identidade do povo goiano na historiografia, perante a ótica dos relatos de viagens do naturalista oitocentista e francês Saint Hilaire. A fim de identificar nas respectivas narrativas os pontos que convergem e dialogam entre si.

Palavras-Chave: historiografia; representação; identidade; imaginário; decadência.

ABSTRACT

This work proposes to analyze the construction of the Brazilian identity, established in the foundations of lust and greed in the work *Retrato do Brasil*, from the perspective of the patron of Brazilian modernism Paulo Prado. It also proposes to understand how the consolidation of the decadent imaginary of the Province of Goiás, which for a long time represented the identity of the people of Goiás in historiography, from the perspective of the reports of voyages of the 19th century and French naturalist Saint Hilaire. In order to identify in the respective narratives the points that converge and dialogue with each other.

Key-words: historiography; representation; identity; imaginary; decadence.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
CAPÍTULO I: HISTORIOGRAFIA's	15
1.1 ‘Historiografando’ a Historiografia	15
1.2 Historiografia Brasileira	19
1.3 Historiografia Goiana	23
CAPÍTULO 2: A GÊNESE DE UMA IDENTIDADE.....	26
2.1 História do Imaginário e suas Representações	26
2.2 Acerca das Identidades: brasilidade e goianidade	30
CAPÍTULO 3: POR ESSE BRASIL ADENTRO.....	35
3.1 As Viagens: os naturalistas e a missão civilizatória	35
3.2 O Viajante Francês Auguste de Saint-Hilaire.....	40
3.3 O Legado de Saint Hilaire	41
3.4 A Viagem ao Coração do Brasil: O Sertão Goiano	44
3.5 A Identidade Decadente do Goiano.....	47
CAPÍTULO 4: AS MAZELAS DE UM BRASIL PRIMITIVO.....	54
4.1 Paulo Prado, Um Homem de Seu Tempo.....	54
4.2 Retrato do Brasil ou Um Retrato do Brasil?.....	55
CONSIDERAÇÕES FINAIS	62
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	64

INTRODUÇÃO

Roger Chartier diz que a representação auxilia na construção de uma identidade, portanto, essa monografia surgiu da intenção de se analisar a formação de uma identidade a partir da representação do brasileiro de Paulo Prado e do goiano de Saint Hilaire. Sendo, identidade o conjunto de características que definem um povo, podendo ser delimitada tanto no aspecto nacional quanto regional. Pretende-se com essa pesquisa entender que na historiografia é possível encontrar diversas representações de um povo, visto que nesse caso, representar significa por meio da narrativa discursiva constituir a formação de uma identidade através da atribuição de uma gama de significações, consolidando assim uma imagem para esse povo, pois ao se representar o real ele acaba se tornando um imaginário.

O nascimento da historiografia brasileira marca um momento bonito na história do Brasil, onde no intuito de se livrar das amarras de ser uma América Portuguesa se apega ao ideal de nacionalismo que irradiava na Europa no século XIX e busca despertar uma consciência histórica de fato, brasileira. Portanto, desde seu primeiro instante, a história do Brasil busca a partir dos moldes do nacionalismo singularizar e particularizar a identidade desse povo e dessa nação, a consolidação tardia dessa história faz com que o tema Brasil Colonial seja o grande alvo de pesquisa dos escritores e historiadores brasileiros.

Para o desenvolvimento deste trabalho foi analisada a obra *Retrato do Brasil: ensaio sobre a tristeza brasileira*, escrita por Paulo da Silva Prado e publicada em 1928. Formado em Direito pela Faculdade do Largo de São Francisco, esse escritor atuou de forma memorável na Semana de Arte Moderna de 1922 – um movimento modernista que se inspirava nas vanguardas europeias, trazendo para o Brasil uma nova estética artística. Com essa presente revolução modernista, Paulo Prado adquiriu uma certa confiança para ser o pioneiro a escrever sobre interpretações históricas, inaugurando assim os estudos a respeito da identidade nacional, um novo gênero de interpretação histórico.

Ao analisar a historiografia do século XX percebe-se que a década de 1930 foi marcada pela grande quantidade de obras que buscavam na origem colonial pintar um retrato do Brasil e do povo brasileiro. Se perguntavam quem é o brasileiro? O que nos faz ser como somos? A grande tríade de intérpretes do Brasil, que surgiu nessa década passou a questionar e investigar a identidade do brasileiro, sendo eles, Gilberto Freyre em *Casa Grande & Senzala* em 1933, Sérgio Buarque de Holanda em *Raízes do Brasil* em 1936 e Caio Prado Júnior em *Formação do Brasil Colonial* em 1942.

Sérgio Buarque de Holanda, considerado como um dos intérpretes do Brasil, em sua obra *Raízes do Brasil*, apresenta o homem cordial, talvez um dos retratos mais fiéis do brasileiro. Esse homem, seria a representação da identidade do brasileiro: 1) de origem patriarcal; 2) de herança rural; 3) de atributo cordial, ou seja, aquele que age com o coração, mas é impulsivo e até mesmo violento. Sendo assim:

A lhaneza no trato, a hospitalidade, a generosidade, virtudes tão gabadas por estrangeiros que nos visitam, representam, com efeito, um traço definido do caráter brasileiro, na medida, ao menos, em que permanece ativa e fecunda a influência ancestral dos padrões de convívio humano, informados no meio rural e patriarcal. Seria engano supor que essas virtudes possam significar “boas maneiras”, civilidade. São antes de tudo expressões legítimas de um fundo emotivo extremamente rico e transbordante (HOLANDA, 2014, p.176).

Pode ser citado também Mário de Andrade que em 1928 publica sua obra *Macunaíma: o herói sem nenhum caráter* no intuito de construir um retrato do povo brasileiro, atribuiu a esse ‘herói’ as características de ser preguiçoso, mentiroso, vaidoso, branco, negro e índio ao mesmo tempo. Em seu prefácio, dedica o livro a seu amigo Paulo Prado e refere que sua obra é uma antecipação à *Retrato do Brasil: ensaio sobre a tristeza brasileira*.

Diferente da historiografia brasileira, que buscou no nacionalismo para consolidar sua história, a historiografia goiana foi por muito tempo composta quase que unicamente por relatos de viajantes naturalistas europeus que percorriam Brasil adentro não somente no intuito de se dedicarem à caracterização do mundo natural, mas também de relatar os traços culturais e sociais que caracterizavam o povo que viviam nas províncias, construindo assim a base para a consolidação da história que viria a representar o povo goiano.

O desenvolvimento deste trabalho se deu a partir da obra de um viajante que inspirou a historiografia sobre o interior do Brasil e sobre Goiás, portanto, foi examinada a obra *Viagem à Província de Goiás*, uma edição da editora Garnier que em 2020 publicou uma coleção de viagens do Brasil, contando com quatorze publicações de diferentes viajantes. O título original traduzido é *Viagens às Nascentes do Rio São Francisco e pela Província de Goyaz* escrita pelo viajante naturalista Auguste de Saint-Hilaire. Esse viajante francês chegou ao Brasil na comitiva do duque de Luxemburgo em 1816, no qual contou com o apoio monetário do governo francês para efetuar sua viagem com a intencionalidade de produzir observações científicas sobre espécimes, vegetais, minerais e animais. Cruzou por Goiás em 1819, onde em uma espécie de diário fez suas anotações não somente sobre a fauna e flora, mas também sobre o povo e seus costumes.

A partir desses relatos, criou-se um imaginário de decadência para a Província de

Goiás e para o povo goiano, evidente na historiografia sobre a região, principalmente na primeira metade do século XX. Essa decadência decorrida do período pós-mineração transformou-se em uma decadência moral que caracterizou o goiano com os traços da apatia, da ociosidade, da preguiça e da indolência, viviam uma vida sem regras e distantes da noção de civilidade. Porém, a partir da década de 1970 e a consolidação da Nova História no Brasil, sob influência da *Escola dos Annales*, historiadores como Paulo Bertran e Nasr Chaul problematizaram e questionaram o uso dos relatos como uma fonte histórica de maior autoridade, pois ao operar a partir desse tipo de fonte histórica, é importante entender que tais viajantes carregam consigo uma bagagem contendo seus próprios referenciais de cultura.

Destarte, é notável as variadas faces que o brasileiro carrega na historiografia. Portanto, nesse trabalho, pretende-se pesquisar a partir da obra *Retrato do Brasil: ensaio sobre a tristeza brasileira*, como a luxúria e a cobiça foram os principais componentes que Paulo Prado considerou para representar a identidade do brasileiro. Compromete-se em entender também como a criação do imaginário de decadência aurífera passou a representar a identidade do goiano como um sujeito vivendo na imoralidade e na indolência, na narrativa do viajante oitocentista Saint Hilaire.

Sendo relevante mencionar que a apresentação dessa monografia, confluirá com o centenário da Semana de Arte Moderna de 1922 e com o bicentenário da proclamação da Independência do Brasil em 1822. Momento esse em que o Brasil se encontra em um estado de lamento, onde mudanças políticas, econômicas, sociais e culturais são necessárias. Portanto, trazer à tona a questão acerca da identidade pode ser importante para buscar a reflexão de como chegamos a esse ponto e talvez pintar um novo retrato para o Brasil.

A estrutura desse trabalho se compreende em quatro capítulos. O primeiro deles intitulado ‘historiografias’ trata acerca da questão historiográfica, à princípio em uma perspectiva mais geral, explorando os conceitos de história e historiografia, explicando as temporalidades históricas e as mudanças paradigmáticas que afetou o século XX. Se estreita para uma breve explicação da historiografia brasileira e da historiografia goiana.

O segundo capítulo ‘a gênese de uma identidade’ é voltado para uma questão mais conceitual, abordando a história do imaginário, o conceito de representação e identidade. Dentro desse capítulo é explorado os termos brasilidade e goianidade, como uma forma de explicar o conjunto de características que constitui a identidade nacional e regional desse respectivo povo.

O terceiro capítulo chamado ‘por esse Brasil adentro’ é onde foi introduzido o viajante Saint Hilaire. As definições acerca das viagens, dos naturalistas e da missão civilizatória que

esses viajantes objetivavam são explicadas. Além de relatar quem foi Saint Hilaire e qual foi seu legado deixado para trás. Há uma construção e análise a partir da obra *Viagem à Província de Goiás*, onde é problematizado o termo sertão que esse viajante usa para designar a província e se explica também no que concerne a identidade decadente do goiano.

O quarto e último capítulo tratará a sobre a figura importante que foi Paulo Prado, um mecenas da Semana de Arte Moderna de 1922. E analisará a representação que esse autor cria para explicar a identidade do brasileiro como um povo triste.

CAPÍTULO I: HISTORIOGRAFIA's

1.1 'Historiografando' a Historiografia

Historiografia é um termo que abrange inúmeros significados que foram pensados e repensados ao longo do tempo. Por conseguinte, não há uma definição exata do que se pode chamar de historiografia. Partindo do conceito de história como ciência, é possível dizer que ela busca compreender as ações do homem em um determinado tempo e espaço, a historiografia busca refletir de forma crítica sobre o conhecimento histórico exposto nas obras históricas.

O historiador José Jobson Arruda¹ ao tratar do assunto, faz a seguinte observação:

Se a História é, em sua acepção mais elevada, a consciência crítica da experiência social da humanidade, a historiografia acaba por ser a consciência da própria História, sua chave de segurança que realiza, preferencialmente no longo prazo, a avaliação do conhecimento produzido, apontando as fragilidades, expondo os excessos, exibindo as lacunas, denunciando as ideologias (ARRUDA, 2014, p. 52)².

Diante desse pressuposto, pode-se dizer que a historiografia em seu aspecto crítico faz perguntas aos historiadores do passado buscando “a ressignificação da história por meio da reconceitualização da escrita historiográfica” (ARRUDA, 2014, p.57)³. Destarte, se faz necessário compreender o papel que as temporalidades têm na construção da narrativa histórica.

Para Marc Bloch (2001), a história é uma ciência do tempo e não uma ciência do passado, visto que o passado não é objeto de ciência, o tempo torna-se então parte integrante de seu objeto. Portanto cabe ao historiador o ofício de conduzir as temporalidades, passado, presente, futuro e suas demais variações, e compreender que elas se entrelaçam entre si, fazendo do tempo um só. Por exemplo, se faz necessário entender que o historiador no presente ao escrever uma narrativa histórica, se apoia em fatos passados rememorando-os e preenchendo-os com o presente, através de seus estímulos. E esse mesmo historiador e/ou narrativa histórica irá participar de maneira inconsciente da criação do futuro. O historiador é nada mais, nada menos que um senhor do tempo.

O presente manuseia o passado pelo simples ato de rememoração, no intuito de não compreender como ele de fato foi, mas de nutrir de suas recordações inseridas na consciência

¹ José Jobson de Andrade Arruda, graduado e doutor em História pela USP. É professor sênior do Programa de Pós-Graduação em História Econômica da USP e professor titular do Instituto de Economia da UNICAMP. Foi diretor de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas do CNPQ. Vice-presidente da FAPESP.

² ARRUDA, José Jobson de Andrade. **Historiografia teoria e prática**. São Paulo: Alameda, 2014.

³ Ibidem, p.57.

coletiva social histórica⁴. Johan Huizinga afirma que o passado é uma máscara que determinada época escolheu para estabelecer sua identidade, para representá-los. Desse modo o historiador assimila o passado como algo subjetivo dentro de seu próprio tempo e espaço e ao usá-lo como fonte, o interroga com seus questionamentos e com suas respectivas subjetividades. Seguindo a mesma linha de pensamento de Bloch, Benedetto Croce (1917) constata que toda história é uma história contemporânea, na medida em que aloca os escritos dos historiadores no contexto das lutas políticas e das controvérsias ideológicas do seu tempo.

Justifica-se assim o duplo sentido da história: a coleção dos fatos havidos, presentes e por vir; os discursos produzidos sobre estes mesmos acontecimentos extraídos dos testemunhos e, por fim, uma representação histórica do passado, pois nós fazemos a história e a fazemos porque nós somos homens históricos (ARRUDA, 2014, p. 43-44)⁵.

Ser um homem histórico é acima de tudo ser subjetivo. O historiador possui um local de fala, escrevendo a história a partir de um ponto de vista. Ao recolher os testemunhos e documentos o historiador irá analisá-los a partir de seu contexto, seja ele histórico, político, econômico, social, cultural e até mesmo religioso. Logo, existirá variadas representações de um mesmo fato histórico, pois a narrativa histórica não é única e tão pouco absoluta. É inviável existir a neutralidade na história, mesmo assim ela carrega em seu âmago a cientificidade, por utilizar de metodologias específicas dentro dos pressupostos das ciências sociais.

No mundo ocidental, o século XIX ficou conhecido como o século da história, foi marcado pelo nacionalismo exacerbado, com a criação dos Estados-Nação e pelo ideal de progresso, em decorrência da Revolução Industrial que gerou significativas mudanças econômicas, intelectuais e científicas na Europa, rompendo com o sistema do Antigo Regime e promovendo a industrialização como sinônimo de crescimento progressivo rumo ao futuro. O constante avanço científico fez com que a história reivindicasse um status de ciência juntamente com as ciências naturais e sociais, além de promover a profissionalização do historiador e da escrita histórica. Diante desse cenário, cria-se um debate entre duas correntes paradigmáticas decorrentes desse período: o Positivismo e o Historicismo.

O positivismo é uma corrente sociológica, filosófica e historiográfica que tem sua origem sob dos moldes do Iluminismo e se constitui a partir de três princípios: 1) a busca das

⁴ A consciência coletiva social histórica se dá quando o homem individual deixa de ser 'eu' e passa a ser 'nós' no sentido de pertencimento a uma comunidade. É quando o indivíduo abraça as crenças, cultura e normas dessa sociedade em questão e acaba sendo influenciado indiretamente por ela.

⁵ *Ibidem*, p.43-44.

Leis Gerais presentes na sociedade; 2) desenvolvimento metodológico e epistemológico entre as ciências (aproximação entre ciências humanas e ciências naturais ou exatas); 3) neutralidade do historiador, similar à de um cientista. A narrativa histórica fruto dessa corrente, se baseava em uma história objetiva e universal. O Historicismo diferentemente do Positivismo, acreditava que cada época tinha sua importância, ou seja, sua singularidade, sendo de certo modo relativista, pois reconhecia que o historiador e as fontes possuíam um tempo, espaço e um lugar de fala. O Historicismo foi ficando cada vez mais relativista, pois afirmava a ideia de que se o historiador tem um lugar de fala e escreve a partir de um ponto de vista, não tem como ser neutro e nem alcançar a objetividade absoluta ou até mesmo uma verdade absoluta, construindo seu paradigma composto de três ideais fundamentais, segundo o historiador José D'Assunção Barros⁶: 1) relatividade do objeto histórico; 2) metodologia específica para a ciências humanas (a história devia se diferenciar das demais ciências – naturais ou exatas); 3) subjetividade do historiador.

A história uma ciência de seu tempo passou a ser construída então por meio de metodologias, hermenêutica e críticas documentais. Nessa perspectiva a narrativa histórica, totalmente influenciada por seu contexto, era abarrotada de presentismo, pois o presente se tornou superior ao passado e a constante linha de crescimento rumo ao progresso valorizava o futuro. Advindo então uma necessidade de mudança no fazer histórico.

Com a crise dos paradigmas⁷ que afetou o século XX, surgiu a necessidade de mudar o rumo da escrita histórica e da historiografia. Portanto, em 1929 na França, Marc Bloch e Lucien Febvre adeptos da historiografia alemã fundam a *Revista dos Annales* que confrontava a vigente historiografia francesa, nascendo uma nova corrente historiográfica denominada Escola dos Annales. Com a ajuda de seus precursores, instaura-se uma nova forma de se escrever a história. Essa nova reformulação estabeleceu a noção de História-Problema, sendo necessário conceber um diálogo com o objeto:

O essencial é enxergar que os documentos e os testemunhos só falam quando sabemos interrogá-los...; toda investigação histórica supõe, desde seus primeiros passos, que a investigação já tenha uma direção. (...) demonstrando que toda descoberta científica é produzida a partir de uma hipótese prévia (BLOCH, 2001, p.27)⁸.

⁶ BARROS, José D'Assunção. Historicismo: notas sobre um paradigma. *Antíteses*, v.5, n.9, p. 391-419, 2012.

⁷ A crise dos paradigmas foi a necessidade da mudança na prática científica em decorrência das grandes transformações sociais geradas pela Revolução Industrial.

⁸ BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

Bloch e Febvre propuseram que a história seja feita através de questionamentos e interrogações, colocando em xeque a chamada História Factual⁹ como denominava Febvre. A História-Problema alcançava não somente as fontes, mas também os métodos e o lugar de fala do historiador:

Se a operação historiográfica é regida por um problema colocado pelo próprio historiador, a partir das motivações de sua própria época e dos novos horizontes de apreensão da História por ela liberados, todo fato histórico passa a ser conseqüentemente uma construção do historiador (BARROS, 2010, p.24).

A revista foi um veículo para a difusão das novas ideias, onde se conversava com o público-alvo, em sua maioria estudantes universitários, por meio de artigos, debates, textos e teses, colocando a história no podium da legitimidade. Assim que publicada, a Escola dos Annales ganhou muitos seguidores, como por exemplo, Ernest Labrousse, Mark Ferro, Pierre Nora. A primeira geração dos Annales trouxe ao cerne do movimento as novas mudanças historiográficas imposta por essa nova corrente: a História-Problema, a interdisciplinaridade, a ampliação dos objetos, a expansão de fontes, a crítica a Velha História¹⁰ e a constituição de um novo tempo histórico, o tempo de longa duração¹¹.

Fernand Braudel fez parte da chamada segunda geração dos Annales entre 1946-1969. Sua obra *O Mediterrâneo* configurou uma História Total ao incluir os três níveis de duração: a curta duração, a média duração e a longa duração.

A expressão História Total com este sentido de ampliação do campo de possibilidades dos estudos históricos tinha também um interesse certo: o de rejeição da História Política como campo privilegiado da história, tal como ocorrera com o padrão historiográfico estimulado pelos Estados-Nações na Europa do século XIX, e contra o qual os fundadores do Annales haviam se batido através do tríplice estigma: História Factual, História Política, História Narrativa (BARROS, 2010, p.18)¹².

O ano de 1968 traz consigo a terceira geração dos Annales e a emergência de uma Nova História ou *Nouvelle Histoire*. Braudel abre espaço para Jacques Le Goff, Marc Ferro e Le Roy Ladurie na composição e direção da Revista, nota-se então uma mudança historiográfica. A Velha História que antes buscava suas fontes em narrativas totalmente discursivas e que

⁹ É aquela história que se limitava a narrar os fatos de maneira descritiva e linear (começo, meio e fim). Consistia em extrair os fatos e arrumá-los cronologicamente.

¹⁰ Era chamada assim por sua anterioridade ao novo fazer histórico e não pelo seu arcaísmo.

¹¹ O tempo de longa duração é percebido por Fernand Braudel, onde ele diz que os acontecimentos isolados nada contava, era preciso ir além dos fatos históricos e observar as estruturas profundas que são quase permanentes. Em seu livro *O Mediterrâneo*, ele usa o tempo de longa duração ao analisar essas estruturas que resistem no tempo histórico.

¹² *Ibidem*, p.18.

ressaltava heróis de forma nacionalista e até mesmo ufanista, cedeu lugar à uma Nova História que compreendesse também as minorias (étnicas, raciais, sexuais, religiosas) abrangendo o imaginário e as mentalidades de uma determinada época, sociedade ou até mesmo pessoa, promovendo o que será chamado de “a micro-história se sobrepõe a macro-história; uma personalidade no lugar de uma classe ou uma sociedade inteira; uma vida, ou mesmo poucos dias, ao invés de um século; um povo no lugar de um império” (ARRUDA, 2014, p.75)¹³.

A Nova História dialoga com outras áreas do conhecimento científico, fomentando assim uma interdisciplinaridade com a antropologia, psicologia e outros. A História Cultural se moldou nesse contexto, como uma forma de oposição a até então História Tradicional. Ampliando o alcance da ciência histórica e abrindo espaço para novos métodos, recortes, objetos e fontes (jornais, grafites, filmes etc.). É importante ressaltar que essa nova forma de investigação histórica, enriquece também os tradicionais domínios da história como a economia e a política.

Nota-se então que a história é em si um ato de escrita e reescrita, dado que inexistente um passado que não possa ser mudado, repensado e rememorado. O historiador, igualmente, é desafiado a apresentar novos objetos, novos temas e novas abordagens, renovando os campos historiográficos

Além dessa historiografia de caráter crítico que aqui foi abordada, existe também a historiografia cujo significado é a produção de obras históricas, aquela que se refere a uma coleção de obras que compõe a história de uma determinada nação. Englobando nesse sentido a noção de cultura, pois a historiografia abraça a identidade cultural do povo de uma determinada época, como por exemplo a Historiografia Brasileira.

1.2 Historiografia Brasileira

O imaginário de nacionalismo que tomou conta do século XIX na Europa, fez com que atravessasse as fronteiras invisíveis do tempo e espaço e atingisse o Brasil em seu momento de independência, em 1822 ao se tornar um Império. A partir desse contexto, é despertado a necessidade de construir uma consciência histórica nacional, para se livrar das amarras de ser apenas uma América Portuguesa. A história do Brasil se apega ao nacionalismo ao buscar o sentimento de singularidade para construir uma identidade enquanto povo e nação. Apesar da

¹³ *Ibidem*, Historiografia: teoria e prática, p.75.

emergente demanda de escrita sobre uma nova nação independente, os moldes da produção histórica eram os mesmos que circulavam na Europa, isto é, o amplo desejo de deixar sua marca na linha do tempo da história, fez com que os escritores ressaltassem os grandes feitos e os grandes heróis dessa história nacional que estava se formando, colonizando a própria história ao apagar dos anais da história a verdadeira identidade do povo brasileiro, o mestiço¹⁴.

A falta de organização e preservação dessa crescente memória histórica brasileira, faz com que se crie o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) em 1838, marcando assim a sistematização e consolidação da historiografia brasileira. A historiografia brasileira é escassa nos períodos que vão de XVI ao XIX, isso ocorre por conta de dois motivos: 1) as primeiras obras históricas do Brasil eram de caráter literário, encontradas em crônicas, relatos de viagens e publicações de periódicos jesuítas, não possuindo um método histórico; 2) criação tardia dos cursos de História no país, somente em 1930. Porém, as obras produzidas anteriormente a criação do IHGB, possuem forte influência na construção da historiografia brasileira pois são utilizadas como fontes a fim de compreender o período retratado. O Instituto era composto por homens estudiosos da área de humanas, estudavam filosofia, geografia, etnografia, filologia e até mesmo Direito, chamados de *homme de letters*, “não são historiadores de formação acadêmica, mas de vivência e formação humanística” (CORDEIRO, 2015 p.7)¹⁵, como por exemplo Francisco Adolfo de Varnhagem, Capistrano de Abreu, padre Serafim Leite. Segundo José Jobson Arruda e José Manuel Tengarrinha:

Começaram do nada e tinham praticamente tudo a fazer, iniciando pela constituição dos arquivos, suportes palpáveis da existência de uma nova nação, seguindo-se a demarcação precisa que separava os dois continentes historiográficos, o português e o brasileiro (ARRUDA e TENGARRINHA, 1999, p.37)¹⁶.

O período colonial compõe substancialmente o grande número de escritos da história do Brasil, começando por Francisco Adolfo de Varnhagen, considerado o pioneiro da pesquisa arquivística e do método crítico¹⁷, marcando de fato a solidificação de uma história nacional brasileira que será de grande importância aos futuros historiadores. Devido a institucionalização da reflexão e pesquisa histórica no Brasil com a criação do IHGB, sua obra *História Geral do Brasil* surgiu após meados de 1850, sendo um reflexo do pensamento brasileiro dominante no

¹⁴ Fruto da mistura de duas etnias diferentes.

¹⁵ CORDEIRO, Cecília Siqueira. **Historiografia e história da historiografia**: alguns apontamentos. Anais do XVIII Simpósio Nacional de História, 2015.

¹⁶ DE ANDRADE ARRUDA, José Jobson; TENGARRINHA, José. **Historiografia luso-brasileira contemporânea**. São Paulo: EDUSC, 1999.

¹⁷ Pesquisas metódicas em arquivos estrangeiros.

século XIX, onde defendia a colonização portuguesa no Brasil. Varnhagen via no colonizador português a figura de um herói e apoiava uma sociedade escravocrata, elitista e aristocrata. Acreditava que o Brasil queria ser outro Portugal, em outras palavras, uma grande nação imperial como sinônimo de uma nação bem-sucedida.

A historiografia brasileira pode ser analisada a partir de duas categorias: a de continuidade e a de redescobrimto. Ao adentrar nos anos de 1900 a dessa linha de continuidade onde se prefere o Brasil português ao Brasil brasileiro é posta em xeque, fazendo emergir uma nova geração de historiadores que irão redescobrir a história do Brasil, dentre eles se encontra Capistrano de Abreu. Capistrano fazia críticas aos historiadores eruditos como Varnhagen e ressaltava as singularidades que compunham o cenário brasileiro, valorizando o povo e suas lutas e costumes, o clima e a natureza, enxergava no Brasil uma diversidade que ainda não havia sido abordada. Ele escrevia uma outra história, com uma nova visão: o Brasil mais sertanejo do que litorâneo, mostrando essa forte influência regional na construção de uma identidade nacional. Em sua obra *Capítulos da História Colonial*, Capistrano nota a formação da unidade do povo brasileiro, que se dá não apenas em 1654 com a vitória contra os holandeses como a maioria pensa, mas a partir de 1530 quando muitos começaram adentrar o interior do Brasil. A vitória contra os holandeses foi o estopim que expôs o surgimento dessa nova identidade cultural: o brasileiro. A partir de então, percebe-se em sua escrita, o sertão como uma nova forma de se explicar a história do Brasil Colonial:

Nos *Capítulos de História Colonial*, aparecem os caminhos que levam ao sertão e o próprio sertão brasileiro. Adentrando o Brasil, o colonizador se alterou e se tornou uma personalidade distintamente brasileira. Vivendo no interior do Brasil, ilhado e sem vínculos contínuos com o litoral, convivendo com os indígenas e a natureza brasileira, foi-se constituindo um homem novo, até então inexistente no mundo: a história universal ganhava um novo personagem, o brasileiro (REIS, 2006, p.95-96).

Capistrano observava que os portugueses conquistaram o litoral e por lá se mantiveram, administrando e controlando a colônia, já os desbravadores, vulgo brasileiros, conquistaram, povoaram e ocuparam o sertão – interior, vivendo longe do rei e de maneira autônoma, soberana e orgulhosa. Enxergava as particularidades interioranas e as vidas comuns dos homens das fronteiras, retratando uma história sofrida, onde mais tarde, Paulo Prado viria a se inspirar para escrever o *Retrato do Brasil*, um ensaio sobre a tristeza brasileira. Por fim, este historiador promoveu uma interdisciplinaridade ao delimitar um novo cenário do Brasil, escrevendo uma história econômica, social, geográfica e cultural, introduzindo a historiografia brasileira no caminho da modernidade. Pode-se dizer que foi um historiador que deixou um grande marco na historiografia brasileira e uma de suas maiores heranças foi a abertura de espaço para o

surgimento de mais retratos do Brasil, usualmente procurando uma identidade que possa representar esse povo demasiado sofrido.

Um marco na historiografia brasileira se dá na década de 1920, onde o Brasil vivenciou um período de crise no centenário da proclamação da Independência. Acontecimentos que ocasionaram um cenário político um tanto quanto conturbado: crise no regime político oligárquico, fraude eleitoral, tenentismo¹⁸, Semana de Arte Moderna. Todas essas crises e transformações resultariam na Revolução de 1930 que estava Prestes¹⁹ a eclodir no Brasil. Nesse período com a nova crise dos paradigmas, grandes ‘historiadores’ surgem para modernizar a historiografia brasileira, cabendo destacar a tríade de grande renome para história do Brasil: Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Júnior.

Seguindo a categorização historiográfica baseada em continuidade e redescobrimto defendida por José Carlos Reis em sua obra *As Identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*, Reis apresenta historiadores que se tornaram referência na historiografia brasileira, como Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Júnior, na medida em que representam estas duas categorizações. Gilberto Freyre pode ser considerado um continuísta ao lado de Varnhagen, pois ao publicar *Casa Grande e Senzala* em 1933, ele exalta o passado ao elogiar a colonização portuguesa. Porém, diferentemente de seu sucessor, Freyre enxergava a sociedade escravocrata como uma consequência necessária para a permanência e adaptação dos portugueses no Novo Paraíso, valorizando assim a miscigenação, pois foi devido a ela que foi possível a colonização do Brasil. Já Sérgio Buarque de Holanda em sua obra *Raízes do Brasil*, redescobre o Brasil, ao valorizar o brasileiro comum com sua vida pacata e simples, como o elemento central de sua obra e criticava a construção da identidade do brasileiro sob os moldes da cultura europeia, alegando que a cultura do Brasil não nasceu e fincou raízes em solo brasileiro, mas foi plantada e semeada por outrem. Assim como Holanda, Caio Prado Júnior redescobre o Brasil, ao abordá-lo em sua história a partir de suas particularidades e singularidades. Portanto, pode-se dizer que:

Essas duas correntes reúnem diferentemente o passado ao futuro brasileiros, pensam diferentemente a identidade brasileira, divergem quanto aos verdadeiros sujeitos da história do Brasil e quanto aos ritmos e sentido do seu desdobramento. Todas as interpretações são legítimas, ou seja, informam sobre o Brasil e o representam de

¹⁸ Episódio dos 18 do Forte de Copacabana que buscava uma alteração no regime político pela via autoritária.

¹⁹ Referência a Júlio Prestes, presidente eleito no Brasil no ano de 1930, porém em razão de um golpe civil-militar, o presidente foi deposto, o eleito foi impedido e a Junta Militar entregou a presidência provisoriamente a Getúlio Vargas.

forma válida e eficaz, desde que consideras em sua época, perspectiva e circunstância (REIS, 2006, p.18)²⁰.

A história é, portanto, o ato de escrita e reescrita. É aprender com ela que não há certo ou errado e sim inúmeras representações de um mesmo recorte. É saber enxergar as fontes e obras históricas e os historiadores do passado como algo subjetivo dentro de seu próprio tempo, representando aquela época, contexto e questionamentos.

Como foi visto, os anos que sucederam de 1930 a 1950 foram marcados pelo grande número de obras históricas que buscavam representar um retrato do Brasil e do brasileiro, valorizando a história colonial e deixando de lado as outras histórias. Mas, entre os anos de 1960 e 1990, esses retratos foram diminuindo em decorrência do período ditatorial e pela forte influência da Escola dos Annales nos anos 70, trazendo a *Nouvelle Histoire* para o Brasil que propõe um redirecionamento nas temáticas, abrindo espaço para as novas abordagens interdisciplinares e as novas fontes historiográficas – pinturas, grafites, novelas. Nos anos 90 com a redemocratização, ou seja, o fim da ditadura, a historiografia brasileira ganha um novo rumo ao colocar em jogo a história da república.

1.3 Historiografia Goiana

A historiografia brasileira veio a constituir-se muito tardiamente, portanto, os relatos dos viajantes do século XIX foram de suma importância na composição da historiografia brasileira colonial. Em 1808 quando a família real se desloca para o Brasil, o território brasileiro se torna alvo de expedições de natureza científica, onde vários viajantes, em sua maioria naturalistas, percorrem litoral adentro a fim de não somente se dedicarem à caracterização da fauna e flora local, mas também de relatar os traços culturais e sociais que compunham o cenário brasileiro. Muitos historiadores se debruçam e bebem dessa fonte de história não convencional. Portanto:

Os viajantes foram fontes importantes para a elaboração de clássicos da historiografia brasileira que, ao se referirem ao século XIX, buscavam na literatura de viagem, informações que lhes fornecessem subsídios para a interpretação do homem brasileiro e para a construção de uma imagem nacional (MARTINS, 2017, p. 25)²¹.

²⁰ REIS, José Carlos. **As Identidades do Brasil**: de Varnhagen a FHC. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

²¹ MARTINS, Fátima de Macedo. **Saint Hilaire em Goiás**: ciência, viagem e missão civilizatória. 2017.

Auguste de Saint Hilaire, Johann Emmanuel Pohl, Raymundo José da Cunha Mattos, Luís Antônio da Silva e Souza foram os muitos viajantes que percorreram pela província de Goiás. A historiografia de Goiás nos séculos XVIII e XIX por exemplo, era composta quase que unicamente por relatos de viagens e cartas, sendo Saint Hilaire o viajante mais significativo para a edificação da história dessa província. “O naturalista tornou-se uma das principais fontes da historiografia regional e sua influência pode ser constatada pela disseminação de suas ideias em escritos tanto do século XIX, como dos séculos XX e XXI” (MARTINS, 2017, p.5). Sendo assim, os relatos de Saint Hilaire são usados ainda na contemporaneidade por autores como Luís Palacin²² em sua obra *História de Goiás* e Nasr Fayad Chaul²³ na obra *Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade*.

A história de Goiás começa a se moldar no primeiro quartel do século XIX amparada no pilar da decadência como resultado dos relatos dos variados viajantes que um dia adentraram o Brasil e caminharam por (não)²⁴ estradas até pisarem no cerrado goiano. Nas palavras de Chaul (1997), dessa sociedade irá se extrair o conceito capaz de resumi-la em uma só palavra e de inseri-la numa imagem capaz de eternizações memoriais na redoma da historiografia que a envolveu por séculos: a decadência. A utilização dos relatos dos viajantes como uma fonte histórica resultou na construção dessa imagem de decadência na província de Goiás, sendo justificada pelo atraso/falta de progresso, pobreza e ócio dos habitantes locais. Pode-se dizer que a representação de Goiás na história se deu a partir da criação do imaginário desses viajantes, segundo Fátima Martins:

A disseminação das ideias de um suposto atraso e pobreza de Goiás foi veiculada por meio dos livros de narrativas dos viajantes oitocentistas, como Auguste de Saint-Hilaire (*Voyage aux sources do Rio de S. Francisco et dans la province de Goyaz*) e Emanuel Pohl (*Viagem no interior do Brasil*). Outro veículo importante na divulgação da decadência de Goiás foram os documentos oficiais e memórias deixados por militares e funcionários públicos, que percorreram a província na primeira metade do século XIX, tais como Cunha Matos, Joaquim Teotônio Segurado, Francisco Barata e José Martins Pereira Alencastre, publicados na revista do IHGB (MARTINS, 2017, p.199).

A autora questiona-se em sua tese se esse seria um pensamento realmente compartilhado ou se seria apenas um eco de um discurso demasiado repetido que acaba por se tornar

²² Luís Palacin foi um historiador hispano-brasileiro, considerado o primeiro investigador a utilizar da metodologia para a reconstrução da história de Goiás e do Tocantins.

²³ Nasr Fayad Chaul, graduado e doutor em História. É professor titular aposentado da UFG. Foi presidente da Agência Goiana de Cultura do Estado de Goiás; foi presidente da Fundação Rádio e TV Executiva da UFG.

²⁴ Referência a falta de estradas no interior do Brasil, o que dificultava o acesso ao sertão, sendo essa uma das queixas dos viajantes.

verdadeiro? Desde o momento que se é criado o imaginário de uma determinada sociedade, toda escrita histórica será feita doravante dessa construção imagética.

Somente sob a influência da nova corrente historiográfica que tomou conta do Brasil a partir dos anos de 1970 - a Nova História - que os relatos dos viajantes passam a serem interrogados. A partir de então, esses relatos são analisados levando em consideração visões que carregavam em si modelos, estereótipos, conceitos preestabelecidos impregnados pelo eurocentrismo, ideais de civilização e progresso, colocando em perspectiva o próprio conceito de decadência. Portanto, é necessário analisar como se deu a criação desse imaginário e se colocar no lugar político, social e cultural de quem o criou e entender que tal viajante ao carregar um diário, carrega também seus próprios referenciais.

CAPÍTULO 2: A GÊNESE DE UMA IDENTIDADE

2.1 História do Imaginário e suas Representações

A mudança paradigmática do século XX alterou os campos historiográficos, fazendo emergir novas abordagens (metodologias), domínios (recortes temáticos) e dimensões (aquilo que o historiador traz para o primeiro plano em sua análise de uma determinada sociedade, por exemplo a política) na escrita histórica. A História Política abriu espaço a um novo mundo de histórias que valorizavam o universo mental do homem e seus modos de sentir, surgindo então a História das Mentalidades, a História do Imaginário e a Psico-História.

A História das Mentalidades se desdobra por um caminho em direção a exploração de temas não convencionais ao propor uma análise dos modos de pensar e sentir dos indivíduos de uma determinada época, como por exemplo o medo, a morte, a feitiçaria. Sob a valorização do universo mental, a História das Mentalidades enxerga os fenômenos de rupturas e continuidades, ao investigar as estruturas da longa duração presentes na mentalidade coletiva e/ou individual. Destarte, nota-se que Febvre já era um historiador das mentalidades antes mesmo de surgir o termo, pois observava que havia camadas do desenvolvimento histórico da humanidade que não sofriam transformações rápidas e nítidas, sendo elas os pensamentos, as ideias e as ideologias.

A História das Mentalidades revelou-se um campo historiográfico com grandes possibilidades, assim a partir dele se deu a expansão de novas temáticas e recortes históricos, fazendo manifestar-se um novo campo historiográfico que também analisaria o universo mental das sociedades, mas sob outra perspectiva, a História do Imaginário. O historiador José D' Assunção Barros define da seguinte forma:

A História do Imaginário estuda essencialmente as imagens produzidas por uma sociedade, mas não apenas imagens visuais, como também as imagens verbais e, em última instância, as imagens mentais. O Imaginário será aqui visto como uma realidade tão presente quanto aquilo que poderíamos chamar de “vida concreta”. Esta perspectiva sustenta-se na ideia de que o imaginário é também reestruturante em relação à sociedade que o produz (BARROS, 2005, p.7).

A História do Imaginário vai além da idealização de uma imagem, é tanto uma construção simbólica quanto representativa que irá se moldar e modificar ao longo do tempo, podendo surgir vários imaginários de uma mesma sociedade afinal, se trata de uma construção

subjetiva que às vezes tem mais em comum com seu próprio criador do que com o cenário retratado. Diz mais sobre quem escreve do que sobre o que é escrito.

Partindo desse pressuposto, analisar-se-ia Saint Hilaire, o criador do imaginário do povo goiano. Esse viajante europeu da cidade de Orleães na França, se conduziu ao Brasil no intuito de coletar e relatar sobre a fauna e flora local, já que era um naturalista/botânico como será exibido no próximo capítulo, e o cenário do sertão, do povo e dos costumes goianos, chamou a atenção desse viajante, onde ele acaba descrevendo e escrevendo em seu diário uma imagem da Província e desse povo residente na vastidão do cerrado goiano:

Seus textos podem ser vistos como uma fonte da maior importância para o entendimento do modo pelo qual pontos de vista sobre Goiás foram historicamente construídos. Suas representações ajudaram a criar uma imagem de Goiás como território “vazio” e decadente, em contraposição à missão civilizatória que exigiria a presença do europeu “culto” para ser levada a cabo (MARTINS, 2017, p.5).

Saint Hilaire enxergava no povo goiano traços de preguiça, ociosidade e marasmo, acreditava que a Província de Goiás não prosperava devido à falta de interesse de seus habitantes, constituindo então um imaginário de sociedade decadente devido a esse povo preguiçoso que tinha o ócio como profissão. A formação desse imaginário enraizado na historiografia e cultura goiana carregou por muito tempo uma cultura formada pelo olhar eurocêntrico desse viajante fruto de uma nação regada por revoluções e vontade de progresso.

A manifestação dos Annales e o advento da Nova História Cultural na historiografia brasileira, gerou uma reflexão que iria se contrapor a esta formação do imaginário:

Com a utilização de conceitos, como imaginário e representações sociais. [...] a historiografia passa a interpretar os relatos de viagem à luz de suas condições de produção: o conhecimento prévio, a experiência e as leituras anteriores de seu produtor interferem nesta interpretação. Ou seja, entende-se que se trata de textos e imagens produzidos por europeus e que, por isso, trazem em sua bagagem cultural preconceitos e reservas no confronto com o “outro” – um país do chamado Novo Mundo (MARTINS, 2017, p.26).

A Nova História Cultural revelou-se na historiografia de Goiás apenas por volta do último quartel do século XX, trazendo em seu bojo um revisionismo historiográfico. Os relatos de viagens passam a serem enxergados como a principal influência para a associação de Goiás ao imaginário da decadência, cabendo a Nasr Fayad Chaul problematizar esse imaginário ao fazer sua tese baseada na seguinte pergunta, como se pode falar de decadência, se nunca houve

um apogeu? Paulo Bertran²⁵ também salienta que os olhares dos viajantes foram de certa maneira equivocados, pois se observassem bem, enxergariam que a economia goiana era muito mais propensa a agricultura e a pecuária do que aurífera.

As criações de imaginários onde se busca a representação de um povo, atinge diretamente a vida social, política e econômica da sociedade em questão. Paulo Prado é um outro exemplo de escritor a se criar um imaginário, escreve um Retrato do Brasil e do povo brasileiro, de um Brasil que já foi e de um brasileiro que ainda é, pois está em seu gene a tristeza hereditária. Portanto rememora um Brasil e descreve um povo, pincelando em sua obra um imaginário de um povo triste em decorrência da colonização que teve como objetivo principal a luxúria e a cobiça.

Diferentemente da História das Mentalidades que traz em sua acepção os modos de sentir e pensar presentes nas estruturas da longa duração, a História do Imaginário se delimita a compreender a projeção de imagens e representações que moldou e ainda molda a história e cultura de uma determinada sociedade, ou seja, entender o imaginário é entender como se deu a construção subjetiva imagética de um povo e sociedade. Partindo desse conceito, muitos historiadores como por exemplo Jacques Le Goff relacionam o imaginário com a noção de representação, “o imaginário pertence ao campo da representação, mas ocupa nele a parte da tradução não reprodutora, não simplesmente transporta em imagem do espírito, mas criadora, poética no sentido etimológico da palavra” (GOFF, 1980, p.12).

No que diz respeito a palavra representação, é relevante destacar a questão conceitual acerca do termo. Em sua etimologia originalmente do latim *repraesentare* significa fazer presente ou apresentar de novo. Já em uma busca ao dicionário²⁶, irá se deparar com uma complexa rede de significações. Dominique dos Santos ao fazer uma análise do percurso abstrato em torno desse conceito, afirma que a expansão da palavra “repraesentare” começa nos séculos XIII e XIV, quando se diz que o papa e os cardeais *representam* a pessoa de Cristo e dos apóstolos (2011)²⁷. A princípio a palavra cujo significado se referia apenas a objetos inanimados, passa a caracterizar também algo e/ou alguém. Há um outro conceito de representação onde se faz necessário entendê-lo como a substituição do real:

²⁵ Paulo Bertran foi um economista e historiador de Goiás. Graduado em Economia pela UNB; fez pós-graduações em História. Foi criador do termo *Homo Cerratensis* para definir o povo que vive no cerrado.

²⁶ Representação, s.f.: ato ou efeito de representar, de mostrar com clareza. Ação de expor escrita ou oralmente, de exibir; exposição, exibição. Conceito, ideia ou imagem que criamos do mundo ou de alguma coisa. Reclamação ou protesto a uma autoridade. Importância de um cargo, de uma posição pública etc. Conjunto de pessoas designadas para simbolizarem um grupo maior; delegação: a representação da Itália era composta apenas por mulheres (DICIO, dicionário online de português).

²⁷ SANTOS, Dominique. Acerca do conceito de representação. *rth*, v.6, n.2, p. 27-53, 2011.

O próprio conceito de representação é muito complicado. A etimologia da palavra representação diz que as relações entre as coisas se dão por similitude e assim foi até o nascimento das Ciências, com Descartes. A partir daí, as coisas passam a não mais ser olhadas e reconhecidas tal como o que o mundo empírico podia dizer através do tato, olhar etc. O mundo passou a não ser só o que os olhos viam e se despontou para o fato de que a nossa noção de realidade é enganosa, é ficção, pois tudo é, e nada é. Antes da ciência, a imaginação era algo ilusório. Depois, as coisas passaram a sair do plano do real (representações) para o plano das taxionomias, onde da ausência nasce o real. O objeto não precisa mais estar presente. A própria imagem o substitui (MAKOWIECKY, 2003, p.3)²⁸.

Portanto, nesse parâmetro existem dois mundos, o mundo objetivo e o mundo subjetivo. O mundo objetivo é o real e imutável já o mundo subjetivo é aquele que se constrói por meio de interesses, ações, sentimentos, escolhas, ou seja, por meio das particularidades, subjetividades e vivências de cada indivíduo. Logo você não enxerga o mundo como ele é, você enxerga o mundo através das diversas representações. No campo das representações é preciso trabalhar a construção da imagem e entender que quando se atribui um conceito a uma imagem, ela se torna uma representação ou quando se representa o real, ele se torna um imaginário. Deste modo:

O real é, ao mesmo tempo, concretude e representação. Nesta medida, a sociedade é instituída imaginariamente, uma vez que ela se expressa simbolicamente por um sistema de ideias – imagens, que constituem a representação do real (Castoriadis). Portanto, o imaginário enquanto representação revela um sentido ou envolve uma significação para além do aparente. É, pois, epifania, aparição de um mistério, de algo ausente e que se evoca pela imagem e discurso (Durand). (MAKOWIECKY, 2003, p.5).

Destarte, a criação do imaginário do goiano de Saint Hilaire e do brasileiro de Paulo Prado foi transmutada em uma representação coletiva social, constituindo uma identidade para esse povo através das atribuições de significados. Dominique dos Santos constata que Ciro Flamarion Cardoso observa as representações sociais como construções a partir de representações mentais examinadas no nível individual, sendo assim “as representações mentais constituem a matéria prima das representações sociais” (CARDOSO, 2000, p. 25)²⁹.

Para Roger Chartier³⁰, existe uma oscilação entre dois possíveis sentidos à representação, ora evoca ausência e ora torna visível: 1) a exibição de um objeto ausente sendo

²⁸ MAKOWIECKY, Sandra. Representação: a palavra, a ideia, a coisa. **Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas**, v.4, n.57, p.2-25, 2003.

²⁹ CARDOSO, Ciro Flamarion. **Uma opinião sobre as representações sociais**. In: Representações – Contribuição a um debate transdisciplinar. Campinas: Papyrus, 2000, p.9-29.

³⁰ Roger Chartier é um historiador francês da quarta geração da Escola dos Annales. Impulsionou o campo da História Cultural ao dizer que ela tem por objetivo compreensão das representações do mundo social, que o descrevem como pensam que ele é ou como gostariam que fosse (CHARTIER, 1990, p.19).

substituído por uma imagem capar de o reconstituir na memória; 2) a exibição de uma presença, como a apresentação pública de algo ou alguém. Observa também que a representação é o produto do resultado de uma prática, sendo um instrumento fundamental dos discursos “as representações não são discursos neutros: produzem estratégias e práticas tendentes a impor uma autoridade, uma deferência, e mesmo legitimar escolhas” (CHARTIER, 2002, p.17). Diante disso pode-se afirmar que a representação do goiano e do brasileiro é fruto da construção imagética de Saint Hilaire e Paulo Prado, que buscaram por meio da escrita discursiva atribuir significações a esse povo e a sociedade que ambos representam. Partindo desse pressuposto, Chartier diz que a representação auxilia na criação de uma identidade, pois uma identidade é construída mediante interesses e coesão daqueles que a concebem.

2.2 Acerca das Identidades: brasilidade e goianidade

Debater identidade é adentrar no campo da Nova História Cultural, que tomou forma em meados dos anos de 1980 na Escola dos Annales sob o comando de Roger Chartier. A História Cultural busca olhar para as tradições, interpretações e representações sócios-culturais que fazem parte de uma determinada sociedade, a partir de seus indivíduos e não de sua natureza política ou econômica. Para o historiador Georges Duby³¹, a História Cultural estudaria dentro de um contexto social os mecanismos de produção de objetos culturais. Afinal, ao se pensar identidade, evoca-se um sentimento de pertencimento a um determinado grupo social ou cultural, portanto, a identidade é nada mais nada menos do que uma composição de traços culturais. Podendo ser pensada sob o ponto de vista da nacionalidade.

A busca por uma identidade toma conta da Europa Ocidental com o fim do feudalismo, onde as mudanças no cenário político fizeram surgir uma descentralização do poder e emergir estados absolutistas que buscavam se legitimar por meio da constituição de uma unidade, ou seja, manifestava-se a consolidação de uma identidade nacional através da artimanha dos discursos, que viesse a representar a formação dos Estados-Nação. “A identidade nacional seria então uma comunidade imaginada, uma representação, um discurso construído” (ANDRADE, 2010, p.3).

Pensar acerca desse conceito, é entender que toda e qualquer identidade é fruto de uma construção simbólica. Assim como o imaginário e a representação, a identidade é fluída e

³¹ DUBY, Georges. **Problemas e métodos em história cultural**. In: Idade Média, Idade dos homens – do amor e outros ensaios. São Paulo, Companhia das Letras, 1990, p.125.

mutável, por se constituir através de discursos e atribuições de significações. Identidade é um conceito, é uma ideia e ideologia, é um devir que todo ser humano carrega consigo, é algo que transita no tempo e espaço históricos. Rogério Tilio defende em sua tese a fragmentação identitária, ou seja, a pluralidade de combinações de identidades, podendo ser citado como exemplo, o caso do goiano, que antes mesmo de ser goiano, ele é brasileiro e antes de ser brasileiro ele é um homem ou uma mulher de uma determinada religião etc. Sendo assim, essa fragmentação deixa sempre uma lacuna a ser preenchida com novas representações:

A identidade não está ligada a *ser*, mas a *estar*, ou, mais especificamente, a *representar*. Sendo a identidade uma construção social, e não um dado, herdado biologicamente, ela se dá no âmbito da representação: a identidade representa a forma como os indivíduos se enxergam e enxergam uns aos outros no mundo (TILIO, 2009, p.112).

Imaginário, representação e identidade são, portanto, conceitos que andam juntos. Seguem a naturalidade do percurso da vida humana, absorvendo símbolos e significados por onde transitam. Quando se fala em identidade social, nota-se que é algo que está em constante movimento, sendo ordinariamente construída e reconstruída, adentrando nessa conjuntura, o imaginário, pois é através da criação de uma imagem coletiva repleta de símbolos e representações que se cria uma identidade, cabendo ao historiador interpretá-la de maneira subjetiva. Portanto, ter uma identidade é compartilhar um imaginário, é carregar uma sina, é entender que ela vai se moldando e se adaptando ao longo do tempo histórico:

Portanto, na formação de uma dada identidade – e em especial a identidade nacional – é imprescindível que haja simbolismos que, para fazerem sentido, sejam apropriados pelo grupo. É a partir dessa apropriação que os símbolos produzem significados, inculcando um imaginário coletivo. Tais símbolos buscam indicar uma origem, um começo que esclareça como tudo começou e/ou onde e por quem começou (SANTOS, 2021, p.41)

A formação identitária brasileira, não poderia ser diferente. A preocupação em torno dessa questão tomou conta desde o processo de Independência, quando o Brasil se emancipa de Portugal e se torna uma nação soberana, mas somente no Império de D. Pedro II com a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) em 1838, que se oficializa a História do Brasil e essa passa a se estabelecer por meio de histórias ufanistas que ressaltavam os grandes heróis, os grandes feitos e as datas significativas. Consolidando assim uma caracterização primária à essa nação e a esse povo brasileiro em ascensão. Nota-se então, a importância da incansável busca de origem e de um contexto histórico para a solidificação de uma identidade. A edificação dessa história brasileira se materializava sob a égide da cultura europeia, onde a

historiografia francesa vigente conduzia a construção identitária mediante a implementação de símbolos em torno de personagens notáveis, jogando à margem as pequenas identidades, tangenciando apenas mais tarde as representações resgatarem essas histórias do esquecimento:

Em vista disso, entende-se que as identidades são compostas por estruturas simbólicas que atribuem sentido às vivências e sentido às formas de existência. Criam, por conseguinte, significados para os membros de uma sociedade. Intui-se, portanto, que na construção identitária de qualquer grupo elementos da memória são ativados como modo de dar sentido e coerência para a ideia de passado e presente (SANTOS, 2021, p.51).

Diante disso, nota-se que os símbolos são elementos primordiais na construção de uma identidade, portanto, o Brasil se utilizou de símbolos como a bandeira, o hino e o idioma para representar essa nação e esse povo emergente, manifestando a identidade como um traço tanto cultural quanto político. A questão identitária no Brasil surgiu como uma adversidade do processo de Independência em 1822, e no fim da década de 1920 e início da década de 1930 com o novo cenário político brasileiro e a ascensão de Getúlio Vargas no poder, que essa temática foi problematizada por historiadores a fim de entender a singularidade que é ser brasileiro, além de buscar em suas origens as respostas para compreender a realidade brasileira naqueles anos de incertezas³².

É nesse contexto que Paulo Prado publica *O Retrato do Brasil: um ensaio sobre a tristeza brasileira*, mais precisamente em 1928, induzindo o movimento modernista no Brasil e tornando-se o mecenas³³ da Semana de Arte Moderna de 1922. *O Retrato do Brasil* foi uma obra que marcou a inauguração dos estudos acerca da identidade nacional além de encorajar o nascimento de novos retratos. Paulo Prado se associa a Capistrano de Abreu ao tomá-lo como principal referência bibliográfica e instaura um novo gênero interpretativo ao expor os males nacionais a fim de entender o entrave no desenvolvimento brasileiro. O termo brasilidade entra em cena para denominar as particularidades e peculiaridades do caráter brasileiro. O conjunto de aparatos culturais, como a arte, a dança, a música, a culinária, o esporte, o folclore compõem as brasilidades geradas a partir do imaginário e das representações, no caso de Paulo Prado é a luxúria, a cobiça e a tristeza que dão sentido a identidade brasileira e as brasilidades. O vasto território brasileiro abriga diferentes povos e culturas, incontáveis crenças e costumes, portanto, é um país diverso, repleto de identidades, composto por inúmeras representações e interpretações, o brasileiro é um povo multicultural:

³² Os Anos de Incertezas refere-se ao período de 1930-1945, em que se houve a Revolução de 30 e o Golpe do Estado Novo, conhecido também como a Era Vargas.

³³ Principal organizador e financiador da Semana de Arte Moderna de 1922.

Podemos afirmar que a brasilidade funciona como uma espécie de fantasia permanente que precisa ser, necessariamente, maior que aquelas produzidas em experiências familiares ou arranjos político-culturais locais, para, mesmo como fantasia, atuar como mais destacado instrumento de interação entre os brasileiros. Desse desafio de superar um imaginário produzido além ou aquém do gradiente de significados que podemos chamar de nação, nasce a cidadania como ordenamento, instrumento de classificação do que é e do que não é o nacional. Frequentemente apresentada como condição de acesso à experiência compartilhada da nação, como grande troféu que todos nós precisamos zelar, a cidadania é, nesse aspecto, talvez o mais efetivo instrumento do dispositivo de brasilidade (SANTOS, 2012, p.32).

Quando se fala em identidade nacional, há uma associação direta ao conceito de nação, mas cabe salientar também o vínculo que essa tem com a cidadania. A brasilidade entra nesse quadro como um conceito integrado de símbolos e significações que opera como um elemento norteador da cultura identitária brasileira, portanto, o sentimento de pertencimento é colocado em xeque pela brasilidade no intuito de transcender o sujeito individual à um cidadão. A brasilidade, por conseguinte, abrange o todo, as particularidades da identidade nacional, mas a multiculturalidade brasileira e o povo brasileiro são compostos igualmente por identidades regionais, por características e costumes próprios daquela região em particular, concernindo destacar aqui a goianidade.

Observar a construção identitária goiana, onde se busca entender a identidade como uma edificação de uma unidade regional a partir do nacional, se faz necessário, inicialmente, evocar os chamados lugares de memória³⁴, que se alicerçam ao imaginário carregado por representações simbólicas daquilo que um dia foi o presente e hoje já é passado. Nesses lugares de memória se encontram os relatos dos viajantes que percorreram a Província de Goiás e traçaram em seus diários inúmeras informações, impressões e dentre elas, um ou mais perfis.

A princípio a identidade goiana foi imaginada e representada por esses viajantes europeus do século XIX, no qual Nasr Chaul adota o termo goianice para conceituar essa tal identidade:

Os viajantes que passaram por Goiás com seus olhos embotados de realidades europeias conseguiram vislumbrar um aspecto comum: a decadência da capitania. Esse estigma de terra do “atraso”, da “decadência”, do marasmo e do ócio, serviu para se identificar o goiano – e criar o que chamaríamos de goianice – por vários séculos, até que outra construção e outro estigma o substituíssem, baseado na ideia de modernização em forma de progresso apregoada após o movimento de 1930 (CHAUL, p.42).

³⁴ Os lugares de memória são os conjuntos de símbolos e imagens criados pelos viajantes para representar a Província de Goiás, sendo eles: as estradas, os arraiais, os costumes.

A solidificação de uma “goianice” no lugar de uma “goianidade”, se deve a criação imagética do goiano que representava Goiás como atrasado e decadente, consolidada pelos viajantes e perpetuada por muito tempo na historiografia brasileira e/ou goiana. A partir da Revolução de 1930 e o desenvolvimento do modernismo no Brasil, que ocasionou no golpe do Estado Novo e a concretização da Era Vargas, que a identidade do goiano viria a mudar³⁵. Diante desse cenário, Getúlio Vargas enxergou em Goiás uma possibilidade de expansão territorial, sob o viés político e econômico, por integrar o centro-oeste do país e favorecer a interação com a região sudeste, além de redimensionar as bases políticas, quebrando a hegemonia do poder, retirando-a das mãos de famílias tradicionais. A fundação de Goiânia em 1937 foi um marco na história regional, tanto por ser criada para ser a nova capital, transferindo a capital que antes era a Cidade de Goiás, conhecida como Goiás Velho para essa nova cidade concebida sob os “ideais de progresso” quanto por “sinalizar uma mudança” significativa no sertão/cerrado brasileiro, “substituindo” o “atraso” e a “decadência” pela “civilidade” e “progresso”. Goiânia passa a representar “no plano simbólico a nação brasileira, que se erguia de seu marasmo para dar um passo efetivo na conquista do território e na afirmação de sua soberania enquanto capital viável e promissora” (ASSIS, 2005, p.116). Mas apenas em 1942 com o chamado Batismo Cultural, que Goiânia se apresentou para o resto do país e passou a fazer parte dos campos da brasilidade como uma cidade em ascensão.

Encontrando-se ligada a esse projeto modernista e expansionista é que a questão identitária tomou conta dessa nova capital, fazendo emergir a goianidade. “A “goianidade” abrange uma época em que se procura mesclar o “velho” e o “novo”, fundir o “antigo” e o “moderno”, envolver o rural e o urbano e confluir o “atraso” e o “progresso” pelos caminhos da história” (CHAUL, p.42). O goiano passa então a ser definido através de uma série de particularidades específicas da região sertaneja, como por exemplo a culinária típica incluindo o pequi e a galinhada como seus pratos principais, a música popular dispendo da viola como seu instrumento fundamental. Essas e outras singularidades fazem parte do “jeito goiano” de ser ou como diria Nasr Chaul representam esse “matuto macunaímico”³⁶.

³⁵ A Revolução de 1930 acaba com a predominância da política café com leite, além do marco do movimento modernista com da Semana de Arte Moderna de 1922.

³⁶ Referência a *Macunaíma*: o herói sem nenhum caráter, de Mário de Andrade.

CAPÍTULO 3: POR ESSE BRASIL ADENTRO

3.1 As Viagens: os naturalistas e a missão civilizatória

Na história frequentemente se ouve falar em viagens épicas que marcaram o tempo e espaço e vivem até hoje nas memórias da sociedade. Para o viajante, viajar é sair de sua zona de conforto, é respirar o novo, é embarcar em uma jornada que irá te conduzir à novas experiências que certamente irão alterar suas percepções, e você já não será o mesmo viajante do começo.

Há muito tempo, a história registra viagens com os mais diferentes fins, como por exemplo na Idade Média, que era muito comum viagens de caráter religioso, até porque cada viagem integra a particularidade cultural e social da época em que está inserida. O viajante medieval, portanto, era conhecido como peregrino, ou seja, àquele que fazia peregrinações a lugares sagrados em busca de análises puramente religiosas – estudo de objetos, templos etc. A passagem para a Idade Moderna e toda a mudança estrutural e paradigmática, fez surgir um tipo de viajante, um homem³⁷ considerado observador, crítico, carregado por um ideal e uma missão:

O viajante peregrino dá lugar ao *gentleman* provido de um ideal humanístico de sabedoria prática. E é esse observador secular que vai despontar na literatura de viagem a partir do ciclo de viagens marítimas, criando representações sobre o Novo Mundo decorrentes de confrontos e trocas culturais (MARTINS, 2017, p.80).

A expansão marítima e comercial dos séculos XV e XVI, facilitou a dominação europeia no Ocidente. A datar desse período, expedições de natureza científica tomaram forma na Europa e as narrativas de viagem começaram a estabelecer o olhar europeu perante o “desconhecido”. As viagens se estendem por todo o Ocidente, abrangendo as colônias de Portugal na África (Angola, Cabo Verde, Moçambique), a América Portuguesa e a América Hispânica. As viagens que ocorreram no território brasileiro nesse período, eram confidenciais somente a Coroa Portuguesa, uma vez que procuravam informações que pudesse beneficiar no monopólio da colônia ao proteger os conhecimentos sobre as riquezas na América:

No início do século XIX o Brasil era a última grande extensão territorial ainda inexplorada pelos europeus não portugueses. Essa falta de conhecimento se dava principalmente pelos entraves colocados pela Coroa Portuguesa, que não possibilitava

³⁷ Utilização do termo ‘homem’ para designar a espécie humana e não ao gênero.

acesso aos pesquisadores estrangeiros. A intenção era resguardar as informações sobre as potencialidades econômicas e os recursos exploráveis (MENEZES e SILVA, 2012, p.66)³⁸.

Esse cenário fez com que o Brasil se tornasse uma terra de especulações para os europeus não portugueses, “na Europa corriam rumores sobre as imensas riquezas minerais escondidas no subsolo e as infindáveis florestas tropicais repletas de plantas, animais exóticos e índios que ainda viviam na Idade da Pedra” (MENEZES e SILVA, 2012, p.67). esse imaginário permeou pela Europa de maneira fantasiosa e alegórica, estabelecendo um arquétipo de Eldorado³⁹ para o Brasil.

Com o advento da Revolução Francesa ao final do século XVIII, pensamentos políticos e ideológicos tomaram conta da Europa, fazendo emergir o Iluminismo que se baseava em princípios de liberdade, fraternidade e igualdade, onde se pretendia estabelecer uma nova noção de civilização, abolindo a existência de regimes absolutistas. A França passa a ser governada então por Napoleão Bonaparte, onde seu principal objetivo era expandir o domínio francês por toda a Europa. Diante desse cenário, entra em conflito direto com a Inglaterra, por ameaçar o absolutismo. Conhecido como Período Napoleônico, o entrave entre França e Inglaterra teve, entre outras consequências o Bloqueio Continental, em 1806, onde Napoleão ao não conseguir derrotar os ingleses acaba impondo uma medida que proibia as demais nações europeias de manter atividades comerciais com a Inglaterra.

Em meio a todo esse alvoroço, Portugal decidiu se permanecer neutro e continuar recebendo embarcações da Inglaterra, país com quem mantinha uma boa relação. Napoleão não satisfeito, acaba dando um ultimato para que os portugueses se posicionassem contra os ingleses. A fim de resolver a situação, Portugal tenta negociar com a França, porém não conseguem chegar a um acordo e Napoleão decide enviar tropas para invadir Portugal. Perante esse contexto, a Corte Portuguesa decide se instalar em suas possessões na América.

A chegada da família real no Brasil no ano de 1808 e a posterior transformação da colônia em Reino Unido do Brasil, Portugal e Algarves em 1815, em decorrência do Período Napoleônico resultou em uma série de mudanças significativas, dentre elas a abertura dos portos às nações amigas e conseqüentemente, as viagens ultramarinas começaram a se configurar. França e Inglaterra passam a serem então os países de maiores destaques nas

³⁸ MENEZES, Marcos Antônio. SILVA, Adriano Freitas. Relatos de viajantes em Goiás: discussões com a historiografia regional. **Emblemas**, v. 9, n. 2, 2012.

³⁹ Referência a lenda do Eldorado que se fundamenta na crença da existência de uma cidade toda feita de ouro e repleta de tesouros.

disputas ultramarinas que tinham como principal objetivo coletar matéria-prima nas colônias. O cientificismo das Luzes no fim do século XVIII e início do século XIX influenciou a grande quantidade de viagens exploratórias⁴⁰ ao Brasil:

As viagens exploratórias ao interior dos territórios mobilizaram os naturalistas entre o final do século XVIII a início do século XIX e os impeliram a se engajarem em expedições de caráter cultural (a missão civilizatória) e natural (a pesquisa dos recursos naturais) e a buscarem o auxílio dos governantes ou de companhias comerciais no sentido de obterem patrocínio para essas aventuras científicas (MARTINS, 2017, p.82).

As expedições científicas em direção ao Novo Mundo foi um marco para o aprimoramento da história natural, pois eram viagens de caráter científico. Os viajantes naturalistas, eram homens científicos que se dedicavam ao estudo da história natural, sendo em sua maioria zoólogos, botânicos geógrafos, geólogos e buscavam o patrocínio do governo⁴¹ ou de companhias comerciais para bancarem essas expedições. Muitas vezes, partiam para suas viagens equipados de todo um aparato técnico e de informações coletadas em mapas a respeito do itinerário que iriam percorrer.

Segundo Fátima Martins, a narrativa de viagem se trata de um gênero híbrido, pois ao mesmo tempo é um registro de caráter autobiográfico, onde se encontra um narrador subjetivo que deixa a narrativa com um caráter pessoal e até mesmo romantiza-a, é também uma narrativa de caráter científico:

Ao descrever o inventário de paisagens, pode-se perceber no relato de Saint-Hilaire tanto a busca da objetividade como traços do Romantismo, a emoção estética se mistura com a precisão científica que é uma das características do naturalista viajante do século XIX (MARTINS, 2017, p. 156)

O avanço dessas expedições fez surgir a necessidade de sua padronização, ou seja, uma série de procedimentos e instruções a serem seguidas, assim foi elaborado uma espécie de manual/roteiro que ensinavam técnicas de transporte, de coleta, de desidratação, de taxidermia. Além, de instruir os viajantes a tomarem notas a todo momento, esses manuais orientavam-nos a não escreverem em códigos que somente eles entendam e a sempre que possível realizarem a coleta dos espécimes, seja de origem vegetal ou animal. Esses cuidados deveriam serem

⁴⁰ As viagens exploratórias ou expedições científicas marcam a importância da ciência no século das Luzes, já que antes não sentiam a necessidade de enviar profissionais para fazer análises e coletas. Devido a esse aumento do interesse científico há uma valorização da história natural, sendo essa o grande incentivo para as viagens, além da busca por matéria-prima.

⁴¹ O governo possuía um interesse não somente científico, mas de descobrir as potencialidades (riquezas e matérias-primas) exploráveis nos territórios americanos.

tomados para que posteriormente tais relatos sejam utilizados como fontes históricas, até porque:

Alguns destes naturalistas não se prestaram apenas a investigar a diversidade das espécies e riquezas mineiras. Um bom exemplo do que foi mencionado encontra-se na expedição de Saint Hilaire que assim como a fauna e flora, descreveu os hábitos dos portugueses e dos nativos brasileiros (SOUZA, 2019, p.240)⁴².

É interessante perceber que, mesmo objetivando uma descrição de cunho técnico e científico, os viajantes naturalistas não apenas escreviam e descreviam, eles criavam uma representação daquilo que enxergavam, construindo um imaginário que irá perdurar por toda a história. Os relatos dos viajantes, são construções narrativas de memórias que ajudaram na compreensão e na representação de uma determinada sociedade, possibilitando a reconstrução de uma história regional, que no caso retratado é a história da Província de Goiás. É possível por meio deles resgatar as inúmeras imagens, impressões e informações que os registros históricos “oficiais” da época não conseguiram descrever. Os viajantes acreditavam que seus relatos viriam a ajudar a futura geração de pesquisadores e historiadores, por contribuírem na formação da história de suas “origens” e por apontarem os erros que observavam e ensiná-los a corrigi-los. “A historiografia tende a ressaltar que os relatos dos viajantes oitocentistas passaram a representar uma importante referência para os intelectuais brasileiros em seu papel de construção da identidade nacional” (MARTINS, 2017, p.20). Portanto, os relatos de viagens foram importantes contribuições para as construções de identidades, principalmente no Brasil onde os intelectuais do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro os utilizaram como principal fonte histórica.

A construção da identidade tanto do brasileiro, quanto do goiano baseada nesses relatos se deve ao fato das viagens exploratórias oitocentistas possuírem um caráter civilizatório, onde os viajantes impregnados pelos seus próprios referenciais de cultura e seu olhar eurocêntrico, advindo de uma Europa industrial, embebecida pelo Iluminismo, avanços tecnológicos e científicos baseados no ideal de progresso, embarcavam nas viagens carregando a bagagem de um ideal imposto pelo Estado por meio de um manual/roteiro pré-estabelecido, que além de conter as instruções de observações, análises e colheitas dos espécimes, continham também o princípio civilizatório atrelado nos moldes do progresso:

⁴² DE JESUS SOUZA, Raick. Experiências das viajantes naturalistas durante o século XIX e as representações do Brasil oitocentista. **Revista Brasileira de História da Ciência**, v. 12, n. 2, p. 236-255, 2019.

Munido de todo esse aparato técnico-científico, o naturalista já tinha em mente o que observar durante sua viagem de exploração: os modos de vida da população, principalmente daquela autóctone; a diversidade das paisagens em todos seus elementos; informações topográficas e numéricas precisas; informações sanitárias; referências econômicas e de censo demográfico. O viajante analisa a vegetação, a fauna e os minerais, o rendimento das culturas, as principais produções e artigos de comércio, o progresso da civilização e as dificuldades de alcançá-lo. Atento a uma vinculação com a filantropia, o naturalista termina seu exame por meio de uma série de reflexões, conselhos e sugestões que, de acordo com o que acredita, deveriam ser postas em prática. Isso justifica a ponderação de que o passo mais importante para se atingir a civilização era, nesse momento, a exploração da natureza: duas dimensões estreitamente ligadas, ambas fruto das atividades produtoras, mormente a agricultura (MARTINS, 2017, p.74).

As instruções das viagens oitocentistas incluem em seu roteiro a observação e descrição da população, da cultura e dos costumes, que antes não eram necessários, por atenderem única e exclusivamente aos interesses da Coroa Portuguesa. Portanto, a missão civilizatória entrava em contraste com a população do Novo Mundo que “eram repletos de atributos negativos como a indolência, ociosidade, preguiça, luxúria e crueldade, muito distantes dos padrões de civilidade tidos como ideais pelos visitantes europeus” (LEITÃO, 2012, p.40).

Muitos viajantes naturalistas exploraram o Brasil no século XIX, como por exemplo, Carl Friedrich von Martius e Johann Baptist von Spix (1817-1820), Auguste François de Saint Hilaire (1816-1822), Maximilian Philip de Wied-Neuwied (1815-1817), Burchel (1825-1830), George Gardener (1836-1841), John Emanuel Pohl (1817-1821), Luiz D’ Alincourt (1818-não se sabe ao certo). Alguns desses viajantes não se contentaram apenas com o litoral e adentraram o Brasil desbravando o sertão goiano, foram, Saint Hilaire, Pohl, D’Alincourt, Von Spix e Von Martius. Todos possuíam formação superior e vinham de uma Europa progressista e tecnológica. Chaul (2002) faz a seguinte observação:

Chegavam à terra imaginando um Goiás em esplendor devido à mineração, que atrelara a região a cadeia da produção capitalista, elo presente na corrente do progresso, mas se deparavam com uma província onde a crise imperava em seus múltiplos aspectos. Os olhares dos viajantes europeus conseguiam ver apenas um deserto de homens, sem comércio e sem perspectivas, com estradas fantasmas e ócio ocorrendo nas veias do povo mestiço, longe por demais dos exemplos e do labor anglo-saxões (CHAUL, 2002, p. 51).

Ao utilizar os escritos do viajante Saint Hilaire como fonte histórica, é importante compreendê-lo como um homem de seu tempo, carregado por ideais europeus, suas próprias subjetividades e referenciais. Sendo assim, “noções de progresso, felicidade e bem-estar coletivos faziam parte da bagagem cultural de Saint Hilaire e correspondiam a um ideário iluminista” (MARTINS,2017, p.138). Destarte, parte para sua viagem de caráter científico sob um viés civilizatório, onde acreditava que por meio de seus registros e projetos de melhorias

conseguiria levar a civilização para a Província de Goiás, pois, em sua concepção, acreditava que só seria possível implementar tais mudanças por intermédio do auxílio intelectual europeu. “Indiquei as soluções que me pareceram mais eficazes. Espero que meus humildes conselhos sejam ouvidos” (HILAIRE, 2020, p.21).

Em comparação às demais províncias, Goiás foi um território pouco procurado, devido às más condições das estradas, porém todos que por ali percorreram, deixaram enormes contribuições para a Historiografia Goiana, sendo de grande importância evidenciar o viajante francês Auguste de Saint Hilaire que permaneceu na Província de Goiás entre os meses de maio a setembro de 1819.

3.2 O Viajante Francês Auguste de Saint-Hilaire

Auguste François César de Provençal de Saint Hilaire nasceu em Orléans na França em 4 de outubro de 1779. Com o advento da Revolução Francesa, foi enviado para Alemanha quando adolescente onde trabalhou no comércio da cidade de Hamburgo. Retorna à França e seu conhecimento em alemão o coloca diante de obras de viajantes alemães que percorreram pelo território brasileiro, conhecendo assim o botânico Sigismund Kunth, colaborador de Alexander von Humboldt, essa amizade foi fundamental na curiosidade de Saint Hilaire pela botânica.

Forma-se botânico na escola de ensino *superior Muséum National d’Histoire Naturelle* de Paris, onde também se torna professor. Se interessa pela viagem exploratória ao Brasil no intuito de colocar seus conhecimentos em prática e fazer observações científicas a respeito da morfologia vegetal, sua especialidade. Saint Hilaire entra em contato então com o governo francês e com sua antiga escola ao fazer um requerimento de viagem e ao conseguir a aprovação necessária recebe uma pensão anualmente do governo para bancar sua viagem. Por pertencer a uma família abastada, de origem nobre, esse viajante consegue embarcar na comitiva de um amigo da família, o duque de Luxemburgo que iria ao Brasil resolver uma questão diplomática, que estava sendo financiada pela Corte de Luís XVIII. Ao chegar no Brasil aos 37 anos, Saint Hilaire continua sua viagem de maneira solitária já que não dispôs de nenhuma equipe científica para acompanhá-lo, mas:

Enquanto permanece no Brasil, o naturalista mantém comunicação com o *Muséum National d’Histoire Naturelle* de Paris e é nomeado correspondente da Academia de Ciências. O resumo de sua viagem em números revela uma empreitada fabulosa para

um cientista que viajava praticamente sozinho: 2500 léguas francesas (cerca de 15000 quilômetros), 30 mil amostras das quais 7000 espécies de plantas, 2000 pássaros, 16000 insetos, 129 quadrúpedes, entre répteis e outros animais. Nos seis anos que permanece no Brasil, Saint-Hilaire percorre o Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, Goiás, São Paulo, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Província Cisplatina (à época sob dominação portuguesa) (MARTINS, 2017, p. 115).

Uma viagem que era para durar cerca de seis meses se estende pelos anos que vão de 1816 a 1822, totalizando seis anos percorrendo o território brasileiro. Desembarcou no Rio de Janeiro e percorreu grande parte da região centro-sul do Brasil, além do Uruguai.

Saint Hilaire foi um viajante naturalista que contribuiu de forma significativa no desenvolvimento das ciências naturais e das ciências humanas, isso por não se contentar em registrar apenas informações sobre a paisagem natural – fauna e flora – mas também de analisar a paisagem urbana – sítios, estradas, economia, população e seus costumes:

Foi considerado um viajante-naturalista modelo da época, cientista que acreditava na capacidade da ciência de operar no sentido de tornar o mundo mais eficiente, de acordo com o modelo ideal de progresso do século XIX. Sua busca pelo rigor científico e suas agudas observações o fizeram ser visto como o mais célebre dos naturalistas estrangeiros em Goiás no século XIX (LEITÃO, 2012, p.42).

É perceptível em sua obra o interesse desse viajante em descrever as paisagens onde há uma certa interferência humana, seja uma casa, uma plantação, um gado, como se pode ver “à exceção de uma casinha que me pareceu abandonada, não encontrei durante todo o dia nenhuma propriedade, nenhum viajante, não vi o menor trato de terra cultivada, nem mesmo um único boi” (HILAIRE, 2020, p.23). Foi um viajante que construiu uma narrativa meticulosa e detalhista. Utilizava seu diário⁴³ para registrar exatamente tudo que via e sentia. É possível encontrar em sua narrativa desde dados científicos como a nomenclatura das plantas coletadas até acontecimentos do seu dia a dia, como a descrição de festas e cerimônias em que era convidado.

3.3 O Legado de Saint Hilaire

Saint Hilaire retorna à França em 1822 devido a uma doença que o impede de permanecer no Brasil, chegando lá decide divulgar os resultados científicos de sua viagem. Destarte, elaborou um tipo de resumo intitulado *Aperçu d'un voyage dans l'intérieur du Brésil*

⁴³ Instrumento de campo.

(*Visão Geral de uma Viagem ao Interior do Brasil*) e levou à revista *Académie Royale des Sciences* de Paris, onde recebeu uma justa notoriedade. Após a publicação desse resumo, Saint Hilaire aplica-se a dedicar exclusivamente à sua obra de caráter científico *Flora brasilia meridionalis*.

Em 1830 o botânico divide seu tempo entre a escrita de sua obra científica e a publicação de seus relatos de viagem. Com quase três décadas de produção, seu conjunto de volumes intitulados *Voyages dans l'intérieur du Brésil* começaram a serem publicados a partir 1830, seguindo a ordem cronológica de seu itinerário:

- *Voyage dans les Provinces de Rio de Janeiro et Minas Geraes*, 1830;
- *Voyage dans le District des Diamants et le Littoral du Brésil*, 1833;
- *Voyage aux Sources du São Francisco et dans la Province de Goyaz*, 1847-48;
- *Voyage dans les Provinces de Saint Paul et Sainte Catherine*, 1851;

A partir de 1845 esses relatos começaram a serem traduzidos para o português⁴⁴ e no ano de 1849 um exemplar da obra *Viagem às nascentes do Rio São Francisco e pela Província*⁴⁵ de Goiás foi enviado por Saint Hilaire ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Já no ano de 1887 há uma publicação póstuma de *Voyage a Rio Grande do Sul* contendo também o relato de sua segunda viagem a Minas Gerais e São Paulo.

A publicação de um relato de viagem não se trata de uma transcrição literal do diário, exige-se uma ampla rede de consultas, ou seja, durante o processo de edição, o autor viajante pesquisa em livros de botânica embasamentos teóricos, busca em outras fontes naturalistas relatos que possam dialogar com os seus, seja para comparar ou discordar. Portanto, Saint Hilaire utilizou de várias fontes e relatos de outros viajantes e memorialistas:

Sempre que me vali de informações fornecidas por escritores que me precederam ou me sucederam, tive o máximo cuidado em citar-lhes os nomes [...] É bem provável que, apesar dos esforços que fiz para consultar todas as obras publicadas sobre o

⁴⁴ No Brasil, suas narrativas de viagem foram publicadas pela Companhia Editora Nacional, dentro da coleção *Brasiliana*, posteriormente, na década de 1970, pela editora da Universidade de São Paulo e pela editora Itatiaia, na série *Reconquista do Brasil*.

⁴⁵ É importante ressaltar a troca do termo *Capitania* por *Província* para designar Goiás. Saint Hilaire faz essa atualização porque esteve em Goiás em 1819 e essa deixa de ser *Capitania* em 1822.

Brasil, em várias línguas, muitas delas me tenham escapado. Infelizmente ainda não existe na França uma agência onde possam ser encontrados os livros publicados na América (HILAIRE, 2020, p.10-11).

Saint Hilaire buscava registrar o que considerava ser a realidade, narrava minuciosamente e detalhadamente tudo aquilo que seus olhos alcançavam. Seus diários eram divididos em 1) descrições de suas observações sobre as plantas, as paisagens, os animais e a população; 2) informações com a utilização de dados/números sobre o comércio, a economia, a demografia. Todo esse detalhamento em sua narrativa, além de ser pela própria característica de um documento descritivo, também devia ao fato de acreditar que um dia as florestas brasileiras viriam a desaparecer pela destruição do homem na natureza e pela utilização da agricultura “predatória” e “irracional” no Brasil:

Durante a seca – em que se atea fogo aos campos o desenvolvimento da maioria das plantas fica de certa forma interrompido, e suas hastes apresentam-se com aparência ressequida [...] nas queimadas, as hastes calcinadas favorecem o desenvolvimento de gemas, mas como os novos brotos aparecem antes de seu tempo e os reservatórios de seiva destinados a alimentá-los ainda não estão suficientemente cheios, as folhas se tornam atrofiadas, e a fase da floração chega prematuramente, interrompendo o crescimento do caule (HILAIRE, 2020, p.24).

Ao se deparar com a técnica das queimadas, Saint Hilaire lamenta que um dia as plantas deixariam de existir em consequência desses atos e nenhum botânico teria desfrutado de a oportunidade conhecê-las e catalogá-las. Acreditava que em razão disso, seus relatos teriam grande valor um dia, pois serviriam como contribuição àqueles que se dedicariam a pesquisar sobre a história “primitiva” do Brasil, tanto a natural quanto a urbana, sendo assim, “seus habitantes poderão desfrutar de uma vantagem que raramente encontramos na Europa, pois saberão com certeza pelos relatos de alguns viajantes, quais foram as origens não apenas de suas cidades, mas também se seus mais insignificantes povoados” (HILAIRE, 2020, p.10).

A passagem de Saint Hilaire pelo território brasileiro reuniu um registro de um herbário⁴⁶ de trinta mil espécimes que abrangiam cerca sete mil espécies, das quais mais ou menos quatro mil foram avaliadas como desconhecidas e catalogadas por esse viajante. É o segundo maior coletor do acervo disponível no museu de Paris e sua obra é utilizada até hoje como referência no ensino de botânica na *Sorbonne* Université, na França. Saint Hilaire foi e ainda é um viajante notório tanto na memória brasileira quanto na memória goiana, por

⁴⁶ Amostras de plantas dessecadas/desidratadas.

contribuir na construção dessas historiografias, sendo citado direta e indiretamente em grande parte das obras.

3.4 A Viagem ao Coração do Brasil: O Sertão Goiano

Quando iniciei minha viagem a Goiás eu contava com uma grande vantagem, qual seja a de dispor, por força das recordações de minhas viagens anteriores [...] eu havia não somente percorrido o litoral do Brasil, como também passara quinze meses na região mais civilizada da Província de Minas Gerais [...] a Província de Minas é uma espécie de padrão, por assim dizer, do qual me sirvo para julgar todas as outras [...] infelizmente, lamento ter de admiti-lo, a comparação não será favorável a Goiás (HILAIRE, 2020, p. 9).

No dia 28 de maio de 1819 o viajante naturalista Saint Hilaire parte em direção a Goiás onde permanece até 05 de setembro de 1819, sendo esse o período da seca. Consegue acessar a Província de Goiás através do Registro dos Arrependidos, localizado entre as fronteiras de Minas Gerais e Goiás⁴⁷ e segue na direção Leste, a caminho de Vila Boa, a capital da Província (FIGURA 1). As viagens eram extensas e demoradas, devido 1) à precariedade das estradas do interior, 2) dos principais meios de locomoção: burros, cavalos e canoas, 3) das inúmeras paradas que eram necessárias para realizar a coleta de espécimes que chamavam a atenção do viajante.

No momento em que adentra o cerrado goiano, Saint Hilaire avista um planalto tão imenso, que seus olhos não enxergavam o seu fim, em suas palavras:

Após subir a serra por alguns instantes, achei-me num planalto imenso, deserto e bastante regular, coberto ora de pastagens naturais salpicadas de árvores raquíticas, ora exclusivamente de gramíneas, de algumas outras ervas e de subarbustos [...] percorri nove léguas em dois dias nesse vasto planalto, mas não sei dizer se foi no sentido de seu comprimento ou largura (HILAIRE, 2020, p.16).

Já não se via mais flores e tão pouco animais. A enorme vastidão de campos despovoados que compõe esse bioma o despertou um interesse imediato, mas, logo, o sentimento de monotonia e solidão o acompanharão nessa viagem. As paisagens tediosas, monótonas, regularmente homogêneas e destituídas de evidências humanas o faz definir essa Província como *Désert* ou *Sertão*. Descreve em sua narrativa que “entediado pela triste monotonia da região, é com prazer que o viajante vê o encantador efeito produzido na paisagem

⁴⁷ Nota que desde 19 de fevereiro não entrou ninguém na província.

quando se depara com árvores que não perdem suas folhas durante o período da seca. Sua viagem à Goiás é um misto de sentimentos que vivem transitando entre o tédio e a admiração.

Segundo Nasr Chaul (1997), Goiás está ligado à ideia de sertão, roça, de lugar de deserto, carente de urbanização, distante, ‘no fim do mundo’, alheio ao tempo e à prosperidade. Portanto, o *Désert* ou *Sertão* de Saint Hilaire e dos demais viajantes oitocentistas representam uma construção imagética acerca da Província de Goiás, é a consolidação de um imaginário que perdurou por muito tempo na historiografia, é a colonização de uma identidade sob o viés civilizador do europeu e o apagamento do povo sertanejo. Por conseguinte:

Fixar a imagem de *Désert*, no entanto, parece ser uma estratégia para abrir as possibilidades de interferência europeia, no sentido de colonizar a região definida como “terreno nu”. Talvez, aí, se possa encontrar uma explicação para o sentido de *Désert* empregado por Saint-Hilaire para descrever aquilo que via, pois, somente na interação com os seres humanos, a natureza se transforma em paisagem e, à vista de um terreno inculto e inabitado, o que falta em sua apreensão é justamente o ‘câmbio de processos naturais e humanos’ (MARTINS, 2017, p.167).

O *Sertão* não é um lugar vazio, pelo contrário, é repleto de heterogeneidades, portanto escrever sobre o *Sertão* se faz necessário colocar-se no lugar do outro e encarar o desconhecido para entender suas particularidades e subjetividades. Mas ao elaborar sua narrativa, Saint Hilaire coloca em xeque um de seus objetivos, a missão civilizatória. Dessarte seu diagnóstico da Província é de uma:

Infortunada região entregue há longos anos a uma administração quase sempre imprevidente e com frequência espoliadora [...] nas regiões escassamente povoadas as coisas mudam com extrema lentidão. Faltam a eles os elementos que propiciam um progresso rápido. Uma população rala, disseminada por vastidões imensas e entregue à sua própria sorte, atormentada por um clima ardente, sem nenhum estímulo e quase nenhuma aspiração, não deseja e não sabe mudar nada (HILAIRE, 2020, p.10).

Ao percorrer pela Província de Goiás, Saint Hilaire se depara com a sociedade goiana no período pós-mineração, portanto em seu itinerário com destino a capital Vila Boa, descreve as situações ‘penosas’ em que os arraiais, as aldeias e as fazendas se encontravam, por conseguinte, busca por meio de suas observações, levar o progresso, a civilização e até mesmo a religião a esse lugar longínquo que é incapaz de alcançar tal ideal sem a ajuda de um intermediador europeu. Acreditava que se seus conselhos fossem ouvidos, alavancaria essa

Província na estrada rumo à um futuro progressista e civilizado, sendo esse o seu modo de recompensar a hospitalidade⁵⁰ dos goianos para com sua pessoa.

3.5 A Identidade Decadente do Goiano

Segundo Nasr Chaul (1997), pode-se dizer que a mineração teve uma vida breve ainda quando era Capitania em Goiás, iniciando em 1726 e declinando após a década de 1750, sendo esse o mesmo período em que marca seu apogeu. O declínio da mineração pode ser explicado através de alguns fatores, sendo eles: 1) técnicas rudimentares; 2) falta de braços escravos; 3) escassez de investimentos. Ademais, a Coroa Portuguesa preocupava-se em arrecadar impostos obrigatórios – o quinto⁵¹ e a capitação⁵² – no intuito de manter a mineração como a principal atividade comercial e proibindo às demais. Diante desse cenário, os produtos de maiores necessidades possuíam um preço elevado, colocando o goiano em meio a um amontoado de dívidas. Além disso, a administração da Província contava com alguns obstáculos que delimitavam sua gestão, sendo eles: 1) falta de transportes e estradas; 2) localização geográfica da Província; 3) poucas pessoas aptas para cargos; 4) inexistência de polícia. A soma do declínio aurífero e dos problemas administrativos, resultou no que os viajantes oitocentistas registraram como: decadência. Foi sob essas circunstâncias que o viajante naturalista Saint Hilaire percorreu pela Província de Goiás.

O Arraial de Santa Luzia⁵³ é o primeiro a cruzar seu caminho e não poupa comentários depreciativos quando o descreve como um ‘amontoado de casebres miseráveis⁵⁴ e ruas lamacentas’, mas acreditava que havia gozado de certo esplendor em seu período aurífero. Quando se estabelece no arraial, na casa do vigário João Teixeira Alvarez, é convidado para a festa de Pentecostes, onde na praça pública seria realizada uma cavallhada, “durante esse espetáculo, bastante monótono, manteve conversa com o vigário, não tardando a verificar que, além de amável, ele era bastante instruído (HILAIRE, 2020, p.18). Relata que o arraial é

⁵⁰ Saint Hilaire era recebido de bom grado pelas autoridades provinciais – administradores, grandes proprietários, clero – por carregar consigo cartas de recomendações e de favores, que lhe garantiam abrigo e alimentação. Em sua obra elogia-se muito a hospitalidade do goiano e do brasileiro em geral.

⁵¹ Era um imposto cobrado pelo governo, onde se dava 20% do ouro, ou seja, um quinto do ouro extraído pelas casas de fundição.

⁵² Era um imposto cobrado pelo governo, onde se cobrava uma taxa fixa por escravo.

⁵³ Atual cidade de Luziânia.

⁵⁴ Mesmo os mais cuidados, dispõe de um mobiliário simples com tamboretas e panos de couro.

propício a variados tipos de cultivos, tanto o brasileiro quanto o europeu, mas diz que a criação de gado era a maior fonte de renda dos fazendeiros locais.

O povo goiano deste determinado arraial chama a atenção de Saint Hilaire. Observa que muitos agricultores passam meses comendo alimentos sem sal por não terem como pagá-lo e a maioria dos produtos são comprados à crédito. Relata também que quando se há mais de uma mulher na mesma família, elas compartilhavam o mesmo vestido. Se encontravam em um estado de penúria muito grande e nada faziam para sair, já que “eles não conhecem nenhuma das comodidades da vida, que para nós, se tornaram uma necessidade” (HILAIRE, 2020, p.21), e ainda relata que:

A indolência contribuiu bastante para levar os fazendeiros da região a essa situação de penúria. Mas a miséria, que os embrutece e desanima, deve necessariamente, por sua vez, aumentar a sua apatia. E esta chegou a tal ponto, em muitos deles, que, dispondo praticamente de toda a terra que lhes convém, eles não chegam a cultivar o suficiente nem mesmo para o seu próprio sustento (HILAIRE, 2020, p.21).

A partir desse cenário, Saint Hilaire constata que a decadência da mineração foi transmutada em uma decadência moral que perpetuará por quase toda a Província.

O Viajante segue sua jornada e a próxima parada⁵⁵ é, em suas palavras, o encantador Arraial Meia Ponte⁵⁶. Contendo cerca de 300 casas, é localizado em meio a estradas importantes, que permitem um fácil acesso as demais províncias. Foram os primeiros a largarem a mineração e a aderirem à agricultura, pela facilidade do comércio de produtos da terra em decorrência das estradas. Era um Arraial bem movimentado e urbano, com suas largas ruas e calçadas dos dois lados. Possuía cinco Igrejas e casas com grandes quintais contendo plantações de bananeiras e cafeeiros. Saint Hilaire faz a seguinte constatação, da praça onde fica situada uma das Igrejas descortina-se um panorama que talvez seja o mais bonito que já lhe foi dado apreciar em suas viagens pelo interior do Brasil. Sua única queixa do arraial, é sobre a quantidade de mendigos que vagueiam pela região, “a maioria desses homens, poderiam ganhar a vida fazendo um trabalho útil. Mas como pedem esmolas dizendo pelo amor de Deus, ninguém tem coragem de negar, e assim se arraiga neles o hábito da indolência” (HILAIRE, 2020, p.32).

Parte de Meia Ponte, percorre por várias fazendas e pelo Arraial de Jaraguá, mas se hospeda na fazenda de Mandinga, onde na noite de 23 de junho acontecia a folia de São João.

⁵⁵ Até chegar ao Arraial de Meia Ponte faz algumas paradas em fazendas e em alguns arraiais menores, como Montes Claros e Corumbá.

⁵⁶ Atual Pirenópolis.

A festa com características religiosas, agregando o catolicismo (sagrado) com a cultura africana (profano), não agrada a esse viajante. Os batuques, as danças, a fogueira e a música sertaneja tocada pelos violeiros, segundo ele eram jocosas e mais pareciam um lamento:

Todavia, logo começaram os batuques, uma dança obscena que os brasileiros aprenderam com os africanos. Só os homens dançaram, e quase todos eram brancos. Eles se recusariam a ir buscar água ou apanhar lenha, por isso ser atribuição de seus escravos, e, no entanto, não se envergonhavam de imitar suas ridículas e bárbaras contorções (HILAIRE, 2020, p.41).

Diante dessa visão que lhe incomodava, descreve o goiano como um povo que é influenciado pelos africanos, por isso a religião tinha essa mistura entre o sagrado e o profano. Sendo suas celebrações religiosas pomposas, por conter fogos de artifício, músicas, torneios. Destarte, Saint Hilaire acreditava que da mesma forma em que havia uma decadência na moral do goiano, existia também um sertão no caráter desse povo, ou seja, um comportamento totalmente descomedido os afastava mais ainda do ideal de civilização:

Se esses lamentáveis abusos ainda não tiverem sido sanados no momento em que escrevo, espero que minhas palavras possam contribuir para chamar a atenção daqueles que disso precisam ter conhecimento, incitando-os a se esforçarem para que retorne ao caminho do cristianismo e da verdadeira civilização um povo que, à época de minha viagem, tendia cada vez mais a se afastar dele (HILAIRE, 2020, p.47).

No dia 26 de junho chega enfim na capital da Província, Vila Boa, e essa não o encanta assim como fez o Arraial Meia Ponte. Para Saint Hilaire, a cidade foi construída em uma baixada onde o ar não circula, criando assim um calor quase sufocante, conseqüentemente seus habitantes não apresentam vigor ou energia. O clima é um grande fator que influencia diretamente o homem, causando-lhe a preguiça e a ociosidade. Afirma que o Arraial “não tem nem mesmo muita salubridade, e não tardaria a ser abandonada se nela não ficasse a residência de todo o corpo administrativo da Província” (HILAIRE, 2020, p.44).

Vila Boa contém cerca de 900 casas, são altas e bem limpas⁵⁷. Suas ruas são retas, quase todas pavimentadas, mas não são bem-feitas. Deveria ser um trabalho árduo para um viajante francês oitocentista tentar não fazer julgamentos e/ou comparações, principalmente quando em seu prefácio da obra aqui analisada diz “não se deve julgar, porém, o interior da América segundo os padrões europeus” (HILAIRE, 2020, p.9). Como pode ser percebido em sua obra, Saint Hilaire constrói o hábito da comparação ao longo de seu relato, como por exemplo, ao

⁵⁷ Saint Hilaire diz que a maioria dos brasileiros bem asseados, sendo essa uma qualidade que considera singular.

descrever um melão que comeu em Santa Luiza, ‘quase tão bom quanto os da França’. E ao relatar os prédios públicos de Vila Boa aconselha a “não se deve imaginar que se trata dos enormes edifícios que se veem na Europa. Ali tudo é pequeno, tudo é mesquinho, sem beleza e até mesmo, segundo dizem, sem solidez” (HILAIRE, 2020, p.45).

Durante sua estadia, foi convidado a um jantar no Palácio do governador Fernando Delgado Freire de Castilho⁵⁸, uma ocasião em que Saint Hilaire descreve detalhadamente em seu diário. Repara em tudo, principalmente na abundância e na preparação da comida e se espanta com a prataria e com as porcelanas utilizadas no jantar, já que o único meio de transporte eram os lombos dos burros, ficou imaginando a longa caminhada que esses objetos percorreram até chegar no *Sertão*. Observa também a utilização do vinho como um sinônimo de riqueza/ostentação já que era colocado na mesa, mas raramente era servido. Diante disso:

As impressões de Saint-Hilaire sobre o jantar na residência do governador são reveladoras sobre os hábitos dos grupos mais abastados no interior do Brasil e o desejo de apresentar-se civilizado perante o estrangeiro. O uso de utensílios de luxo e de determinados alimentos, para os quais o acesso era restrito, demonstrou que os padrões de civilidade europeus não eram desconhecidos do anfitrião, que os utilizava, entretanto, como instrumento de diferenciação social (LEITÃO, 2012, p.46).

O goiano de Vila Boa não tinha vida social de acordo com Saint Hilaire, viviam cada um em suas casas e não se comunicavam entre si. O viajante afirma que havia poucos casamentos, já que a libertinagem e o concubinato⁵⁹ se tornaram hábitos aceitáveis, descreve que “em nenhuma outra cidade o número de pessoas casadas é tão pequeno. Todos os homens, até o mais humilde obreiro, têm uma amante, que eles mantêm em sua própria casa [...] se por acaso algum deles chega a se casar, passa a ser motivo de zombarias” (HILAIRE, 2020, p.47). Para Saint Hilaire, esses costumes iam totalmente na contramão no caminho para a civilidade, logo, achava inaceitável os próprios padres aceitarem o mau comportamento de seus fiéis que iam contra a religião e a moral, dificultando mais uma vez a consolidação do progresso e da civilização:

É fácil entender por que os homens do lugar, afastados de um ameno convívio social e levando uma vida de ociosidade e no meio de mulheres sem princípios e sem a menor instrução, se mostram pouco exigentes em matéria de gosto e de diversão. Fica assim explicando o gosto generalizado pela cachaça entre os habitantes de Vila Boa. Enfraquecidos pelos seus próprios desregramentos, entediados por uma vida sem perspectiva, eles encontram na aguardente o estimulante que os arranca por alguns

⁵⁸ Governador da Província de Goiás dos anos de 1809 a 1820.

⁵⁹ Concubinato é um estado de relação em que o casal vive juntos em união estável, mas não são casados legalmente.

instantes de sua apatia e os impede de sentir a monotonia de sua existência (HILAIRE, 2020, p.48).

Saint Hilaire constrói um imaginário acerca da concepção do ócio e da preguiça do goiano em que na sua percepção, é um fator que os leva a situação de miséria, sendo uma das causas da decadência da Província. Em suas observações constata que mesmo quando podem trabalhar preferem aderir a ociosidade e isso porque encontram na escravidão um meio de se manterem na preguiça, pelo simples fato de possuírem alguém para exercerem o seu trabalho. Em seu diário afirma que “quando vemos a indolência e o tédio estampados no rosto dos agricultores estabelecidos ao longo da estrada, é difícil deixarmos de sentir um certo desprezo por eles. Esses homens são de uma pobreza extrema, e nada fazem para sair dela” (HILAIRE, 2020, p.114). Segundo o viajante, essa não é uma característica única e exclusivamente do goiano, relata que os luso-brasileiros procrastinam ao máximo o trabalho que precisam realizar.

A identidade do goiano foi então, sendo consolidada sob a imagem da indolência, do ócio e da preguiça, tentando apagar a trajetória do povo sertanejo que um dia enfrentou tamanhas dificuldades e desbravou o interior do Brasil, criando raízes no tão julgado *Sertão* dos viajantes.

Assim, todo esse conjunto de negativas criou uma imagem de Goiás que ficou gravada, por intermédio da cultura dos viajantes, como verdade incontestada por todo esse Goiás afora. Repetida pelos historiadores contemporâneos, Goiás passou a ter um perfil de terra da decadência, retrato de uma sociedade que parecia não possuir o mínimo básico para existir devido a sua inoperância, sua carência de tudo, sua solidão traduzida em isolamento, sua redoma de preguiça (CHAUL, 1997, p. 35).

Alguns historiadores utilizam os relatos de viagem como uma fonte que representa a verdade. Quando se fala sobre o declínio aurífero que aflorou na Capitania de Goiás no século XVIII, muitos intérpretes da historiografia regional reproduzem o imaginário da decadência e ociosidade. Já outros, abrem seus horizontes e passam a questionar esse olhar eurocêntrico.

Paulo Bertran foi um dos primeiros historiadores a repensar a construção do conceito de decadência. Em seu livro *História da terra e do homem no Planalto Central* alega que a pecuária precedeu a mineração e que as atividades agropastoris em que se encontravam os goianos, eram de ritmos lentos, condicionando o goiano a espera, onde acabam sendo transformados em indolentes e preguiçosos. Além disso, Paulo Bertran utiliza o termo “economia de abastância” para designar a economia que lhe servia apenas para o sustento, situando-se entre a economia de subsistência e a economia de exportação.

A consolidação desse imaginário decadente para a Província de Goiás repercutiu por muito tempo na historiografia, portanto, Nasr Chaul pode ser considerado inovador ao escrever *Caminhos de Goiás*. Esse autor influenciado pela terceira geração da Escola dos Annales utiliza conceitos como representação, imaginário, cultura e identidade para problematizar a história até então “reproduzida”. Chaul (1997) alega que inventaram para nós uma época de fausto e esplendor auríferos, já que decadência sugere o esfacelamento de um passado repleto de riquezas.

Tudo começa e acaba com ouro na nossa pobre colônia. O ouro escondeu diante de seu brilho fácil o nosso passado, a mão de obra escrava ocultou o índio, a economia determinou o nascimento da história sem povo e demarcou a infância de Goiás sob as rugas da decadência (CHAUL, 1997, p.19).

A imagem da decadência foi construída por Saint Hilaire mediante observações e reclamações que justificavam o atual estado de penúria em que se encontrava a Província, tais como a precariedade das estradas, onde complicava o acesso à Província estabelecendo assim o seu isolamento e sua incomunicabilidade:

Entre Ouro Fino e Pouso Novo, a estrada, que passa através de uma mata, encontrava-se em péssimas condições, devendo tornar-se impraticável na estação das chuvas. As estradas jamais são reparadas, e evidentemente tornam-se piores nas vizinhanças das cidades onde o trânsito é maior (HILAIRE, 2020, p.42).

A queixa das estradas foi só o pontapé inicial de uma série de condições que justificavam tal decadência. A falta de comunicação e o isolamento em que viviam o povo goiano transformaram-se em sentimentos de solidão e marasmo. Para Saint Hilaire, a decadência aurífera se transmuta em uma decadência moral e vise versa, onde há uma perda significativa dos valores civilizatórios causando assim a estagnação do progresso. Portanto, a situação de penúria que percorria pela Província de Goiás fazia com que seus habitantes enraizassem em uma profunda miséria, adotando segundo Nasr Chaul (1997) uma atitude de indolência, conformismo, tédio e ócio. Portanto:

Os viajantes, porém, não tinham uma visão mais ampla do contexto geral da sociedade e da economia de Goiás. Muito menos da cultura local. Seus olhares estavam condicionados a enxergar progresso, desenvolvimento capitalista e lucro. Coisas para as quais a Província de Goiás não estava preparada, por falta de condições de realização ou por um livre culto ao cotidiano de seus dias que pareciam iguais (CHAUL, 1997, p.53).

Em sua tese, Nasr Chaul questiona-se se pode realmente haver uma decadência, se não teve um apogeu. Goiás não gozou de um fausto do ouro, muito pelo contrário, “na sociedade goiana do pós-mineração, houve o esgotamento de uma forma de produção e a sua substituição por outras atividades econômicas sem que isto tenha implicado em decadência” (CHAUL, 1997, p.18), pode-se levar em consideração também que o período aurífero goiano não deixou para trás grandes monumentos, palácios ou riquezas, ou seja, rastros de uma sociedade que realmente viveu o apogeu do ouro.

CAPÍTULO 4: AS MAZELAS DE UM BRASIL PRIMITIVO

4.1 Paulo Prado, Um Homem de Seu Tempo

Paulo da Silva Prado, nasceu em 20 de maio de 1869 na cidade de São Paulo. Era proveniente de uma das famílias mais influentes no meio paulista, filho de Antônio da Silva Prado. Recebeu uma educação aristocrática, realizando grande parte de seus estudos na Corte, sob o comando de Antônio Prado, deputado geral. Fazia também aulas de música, dança e línguas estrangeiras. Formou-se em Direito, na Academia do Largo de São Francisco, em novembro de 1889. Completou sua formação intelectual em Paris, adquirindo na França o seu gosto pela arte.

No ano de 1887, famílias tradicionais paulistas fundaram a *Casa Prado, Chaves & Cia.*, que em breve veio a se tornar a maior empresa de exportação de café. Paulo Prado adquiriu um enorme conhecimento de classificação de café, se tornando membro da oligarquia cafeeira paulista. De 1924 até o dado ano de sua morte, se manteve na presidência dessa companhia.

Em 1892, participou ativamente no *Jornal do Commercio*, na coluna de notícias da Europa. Paulo Prado, um homem rico, inteligente, culto e cosmopolita, dedicou-se aos seus negócios e a literatura. Trocou correspondências com Capistrano de Abreu entre 1918 e 1927, sendo esse seu grande mentor e orientador. Quando Capistrano morre, Paulo Prado funda a *Sociedade Capistrano de Abreu*, com o intuito de manter como sede a última casa deste autor, onde na biblioteca se conservaria seus escritos.

Possuía um perfil anticonformista, apesar de interagir com correntes políticas liberais e conservadoras. Foi graças a ele que o movimento modernista criou asas no Brasil e em fevereiro de 1922, tornou-se um dos organizadores e financiadores da Semana de Arte Moderna. Segundo Mário de Andrade “o fautor verdadeiro da Semana de Arte Moderna foi Paulo Prado. E só mesmo uma figura como ele e uma cidade grande, mas provinciana como São Paulo poderiam fazer o movimento modernista e objetivá-lo na Semana.”

A Semana de Arte Moderna foi uma forma de expressão artística e cultural que aconteceu no Teatro Municipal de São Paulo, nos dias 13 a 18 de fevereiro de 1922. O evento foi criado no intuito de representar uma cena artística mais brasileira, contribuindo de maneira significativa para o desenvolvimento do movimento modernista no Brasil. Contou com diversas apresentações de danças, musicais, poesias, pinturas e palestras.

No ano de 1928 Mário de Andrade lhe dedicava *Macunaíma* e nesse mesmo ano era lançado *Retrato do Brasil*, causando um enorme alvoroço e despertando o sentimento de

pessimismo entre os ufanistas brasileiros. O grande desafio de sua obra, era de manter sua problemática: a tristeza como um traço do caráter brasileiro. Se propôs a investigar a origem da identidade nacional e conseguiu equilibrar suas particularidades, a de um homem de negócios com a de um intelectual inconformista, e acabou provocando um grande surto e choque no meio artístico brasileiro. “O autor de *Retrato do Brasil*, oscilando entre a história do passado, em que predominava a tristeza da frustração, e a história do futuro, que a Revolução inauguraria, não via esperança no tempo presente” (CAC, 1997, p.14).

Com o lançamento de *Retrato do Brasil*, Paulo Prado mostrou-se um escritor da História das Mentalidades. Além de marcar a inauguração dos estudos acerca da identidade nacional, que mais tarde viria a inspirar a tríade de grande renome: Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Júnior.

Nos anos de 1931 e 1932, junto com Mário de Andrade e Alcântara Machado, dirigem a *Revista Nova*, onde publica um editorial acusando o atual presidente, Getúlio Vargas de ser um ditador. Com a Revolução de 1930 e a ascensão de Vargas ao poder, há uma quebra na hegemonia da Política Café com Leite⁶⁰, o que atingira diretamente Paulo Prado.

4.2 Retrato do Brasil ou Um Retrato do Brasil?

A obra *Retrato do Brasil: ensaio sobre a tristeza brasileira*, é publicada no ano de 1928 por Paulo Prado. O Brasil nesse dado período se encontrava em meio a um cenário turbulento com o quase fim da Primeira República. A década de 1920 ansiava por mudanças e representou um período de transição econômica, política, social e cultural. Foi marcada pela Semana de Arte Moderna de 1922, que aconteceu em São Paulo; pela Revolta Tenentista em 1922, onde um grupo de tenentes se revoltam com a prisão do ex-presidente Hermes da Fonseca, além do nascimento do Partido Comunista Brasileiro (PCB), também em 1922. O desejo por uma ‘reforma’ que buscava romper com os moldes do passado e implementar o modernismo afluía pelo Brasil.

O advento do modernismo no Brasil, foi consolidado então pela Semana de Arte Moderna de 1922. Marcando assim um período repleto de influências de vanguardas europeias, onde buscava-se romper com o tradicionalismo e valorizar a cultura cotidiana brasileira, além

⁶⁰ A Política do Café com Leite foi um acordo entre São Paulo e Minas Gerais, que consistiu em uma alternância de poder entre essas duas oligarquias, ou seja, ora o presidente seria paulista, ora mineiro. Essa política fez parte da República Velha, tendo o seu fim com o Estado Novo.

de estabelecer uma identidade que viesse representar essa “nova” nação. A literatura influenciada por esse início de século, se afasta do romantismo e desenvolve temáticas do cotidiano a partir da construção de um diálogo crítico com o passado, a arte nesse período precisava simbolizar uma identidade.

A busca por uma identidade e por uma representação do caráter brasileiro já se mostrava na narrativa de Monteiro Lobato, em 1914 quando criou o personagem Jeca Tatu, um residente do Vale do Paraíba, no estado de São Paulo. Através desse caipira de aparência desleixada, preguiçoso, alcoólatra, miserável e sem cultura, criticava o relativo abandono do Estado aos camponeses interioranos, que se encontravam à mercê de doenças, atrasos econômicos e indigências políticas.

O pré-modernismo (1902-1922), foi a base para a instauração do modernismo. Inspirado por ideais progressistas e evolucionistas, importados da *Belle Époque*, construiu uma ponte entre o passado aristocrata, escravocrata e rural e o futuro republicano, industrial e urbano. Portanto, *Retrato do Brasil* foi gerado nesse momento de transição, absorvendo características evolucionistas e modernas. “Este *Retrato* foi feito como um quadro impressionista. Dissolveram-se nas cores e no impreciso das tonalidades as linhas nítidas do desenho e, como se diz em gíria de artista, das ‘massas e volumes’, que são na composição histórica a cronologia e os fatos” (PRADO, 1997, p.127).

Em vista disso, Paulo Prado retoma a colonização da América Portuguesa, a fim de encontrar no passado colonial a origem dos traços que compõe a identidade nacional do brasileiro, para compreender a atual situação em que se encontrava o Brasil, já que para o autor “o Brasil, de fato, não progride: vive e cresce, como cresce e vive uma criança doente, no lento desenvolvimento de um corpo mal organizado” (PRADO, 1997, p.136). A partir de sua obra, tem como objetivo criar um panorama geral de como a luxúria e a cobiça transformaram essa nação em um povo triste, concebendo um estado psíquico de melancolia, com o efeito de causa e consequência. Paulo Prado, afirma em seu parágrafo inicial que:

Numa terra radiosa vive um povo triste. Legaram-lhe essa melancolia os descobridores que a revelaram ao mundo e a povoaram. O esplendido dinamismo dessa gente rude obedecia a dois grandes impulsos que dominam toda a psicologia da descoberta e nunca foram geradores de alegria: a ambição do ouro e a sensualidade livre e infrene (PRADO, 1997, p.39).

Paulo Prado inicia seu *Retrato*, pincelando os aventureiros que participaram da era dos descobrimentos, na caçada do ouro. A busca pelo ouro tomou conta do Ocidente. O desejo por

um enriquecimento rápido invadiu a mente dos desbravadores, e as viagens e as descobertas no Novo Mundo fizeram surgir o complexo do Eldorado, ou seja, um deslumbramento por uma riqueza que podia ser tanto real quanto imaginária. Prado chama de ‘espírito das cruzadas’.

Ao analisar os aventureiros que se fixaram em território brasileiro, Paulo Prado os caracteriza como “homens a quem já incomodava e repelia a organização da sociedade europeia. Foi deles o Novo Mundo” (1997, p.47). Se referia a esses sujeitos como degredados, pessoas da pior índole, mas que querendo ou não, a história do povoamento do Brasil começa a partir deles.

A terra dos trópicos possibilitou a esses homens a chance de uma nova vida, firmada nas raízes de uma natureza selvagem e primitiva, que encobria por entre suas matas e rios o sensualismo e a animalidade, desenfreados. “Todos sofriam a sedução dos trópicos, vivendo intensamente uma vida animal e bebendo com delícia um ar como que até então irrespirado” (PRADO, 1997, p.45).

O gentio que já habitava essa terra, levavam uma vida livre de regras e costumes, viviam de puro prazer na realização de seus desejos carnis. O contato do europeu com o indígena fez surgir um escambo de culturas, sendo influenciados por esses e vice-versa, aprendiam suas línguas e adotavam seus costumes. Tudo nesse ambiente encorajava uma vida luxuriosa: o clima quente, a solidão, o sensualismo, a natureza. “Para homens que vinham da Europa policiada, o ardor dos temperamentos, a amoralidade dos costumes, a ausência do pudor civilizatório – e toda a contínua tumescência voluptuosa da natureza virgem – eram um convite à vida solta e infrene em que tudo era permitido” (PRADO, 1997, p.52).

Além dos referidos fatores que pintava a luxúria do Novo Mundo, a falta de mulheres europeias incitou relações de pura animalidade entre o homem europeu e as indígenas ‘sensuais’. Eram uniões desprovidas de sentimentalidades e de puras realizações de desejos, por isso:

A concubinação tornou-se uma regra geral, trazendo como resultado a implantação da mestiçagem na constituição dos tipos autóctones que povoaram desde logo esta parte do Novo Mundo [...] Do contato dessa sensualidade com o desregramento e a dissolução do conquistador europeu surgiram as nossas primitivas populações mestiças. Terra de todos os vícios e de todos os crimes (PRADO, 1997, p.51-54).

A adaptação do homem europeu nos trópicos consistiu em ceder aos vícios e costumes desse novo ambiente e se jogar na vida primitiva, ajustando-se ao modo vida rudimentar em que viviam os indígenas, onde dependiam do processo de caça, pesca e pequenos cultivos para se alimentarem. Capistrano de Abreu, dizia que moralmente já eram mestiços, ou seja, a falta

da civilidade e a vida regada de prazeres e impulsos luxuriosos, transformavam o caráter do europeu e ia se consolidando assim a formação do caráter brasileiro, que para Paulo Prado, cravou no constituinte psíquico desse povo.

Afora a luxúria, diagnosticada por Paulo Prado como um traço característico do brasileiro, outra paixão também era despertada, a cobiça. A suposta hipótese de enriquecimento rápido com o ouro, levou os colonizadores a uma insaciável ambição que perdurou por séculos na história do Brasil.

A vida livre e desenfreada do homem europeu no território brasileiro, durou até o primeiro quartel do século XVI, onde o governo português ainda não tinha interesse em fincar raízes. Mas o território passou a sofrer uma série de ataques, tanto de piratas quanto de outras nações, portanto, o governo achou necessário constituir uma colônia no Brasil. “Os fatos demonstraram que tudo era inútil, sem se povoar o país. Os piratas afastavam-se para recomeçar em seguida. Foi quando a Metrópole cogitou da empresa colonizadora que ia confiar a Martim Afonso, e que veio iniciar com cunho oficial, a exploração do interior” (PRADO, 1997, p.68).

Logo, a vida paradisíaca do primeiro momento iria ceder lugar a uma vida dura lutando contra as hostilidades da natureza⁶¹ e as adversidades que surgiam pelo caminho. Segundo Paulo Prado, somente com o governo de Tomé de Sousa que há uma organização da Colônia e se iniciam as expedições oficiais a fim de conquistar terras e procurar ouro. Mas por quase dois séculos essa sede pelo ouro não foi alimentada, não passando de meras “ilusões” e “desenganos”. Portanto, para manter a procura do ouro ativa, se fez necessário desenvolver atividades econômicas que garantiriam o sustento diário da Colônia, como por exemplo a agricultura exportável: açúcar, fumo. Porém:

Apesar do desenvolvimento agrícola em certas capitâneas, culminando com várias vicissitudes na exploração pernambucana e baiana da cana-de-açúcar – e concomitantemente com o estabelecimento de currais de gado –, o Brasil foi, entretanto, na lenda e na realidade, o país do ouro e das pedras preciosas (PRADO, 1997, p.74).

A incansável busca pelo metal onipotente, lança bandeirantes rumo aos sertões, onde desbravam heroicamente. De acordo com Paulo Prado, são “heróis de uma heroicidade instintiva” (p.79). A obsessão e a ambição pelo ouro, ou seja, a cobiça, se torna assim como a luxúria, um traço do caráter do brasileiro. O referido autor a caracteriza como uma “loucura coletiva”.

⁶¹ Picadas de insetos, plantas venenosas, tramas com os indígenas.

Em sua obra, Paulo Prado traz à tona uma observação do viajante Von Martius⁶² em que dizia, que as lendas brasileiras são construídas em cima do imaginário do ouro, onde haveria riquezas escondidas e tesouros perdidos. Consolidando dessa forma a presente característica na formação da identidade nacional.

Na última dezena do século XVII descobre-se, finalmente, em Minas Gerais, potenciais minas de ouro, em que Paulo Prado chama de o começo de um “novo drama”. Segundo o autor, o ouro empobrecia o Brasil, devido a uma série de desdobramentos que esse frenesi causava. Cita como exemplo, o despovoamento do país com o êxodo para o interior à procura de jazidas e lavas e o abandono da agricultura, que além de causar uma crise no mercado de exportação⁶³, ocasionava a falta de mão de obra nas lavouras e a escassez de alimentos para o abastecimento da Colônia. A população deixava de lado a cultura para viver somente na expectativa e esperança de aparecimento de novas minas, respirando e expirando um ar carregado de indolência.

Ao descrever Vila Rica, Prado observa que os impostos cobrados pelo governo eram absurdos e cessavam o sustento da Colônia, onde essa só poderia ter um fim: o declínio. “Isto em plena prosperidade, nos primeiros anos do século XVIII; ao findar esse século era, porém, desoladora a situação da capitania” (PRADO, 1997, p.86). De acordo com esse cenário, “é fácil imaginar o aspecto das populações provincianas, umas em plena decadência, outras petrificadas na imobilidade colonial que aliás pouco se diferenciava do atraso profundo da Metrópole” (PRADO, 1997, p.100).

Destarte, essa situação que se alastrava pela Colônia, era um mero reflexo do que se passava na Metrópole. O deslumbramento, luxo e ostentação que o ouro trouxe foi transformado em ruínas, pois “o declínio do império colonial era acompanhado pela decadência da Metrópole. A nação portuguesa, corrompida pelo luxo e pela desmoralização dos costumes, perdia pouco a pouco, a sua primitiva validade” (PRADO, 1997, p.93). Portanto, a partir de Paulo Prado, pode-se dizer que o estigma da decadência que assolou a Província de Goiás fez parte de um panorama muito maior. Para o autor, o colonizador que veio ao Brasil já estava contaminado com o “germe da decadência” e por isso, nunca souberam usufruir da riqueza conquistada.

Por conseguinte, o colonizador era definido por dois sentimentos, o sensualismo advindo da vida luxuriosa que tiveram no primeiro contato e a ambição pelo ouro, proveniente da cobiça do enriquecimento rápido. Paulo Prado alega que esses sentimentos constituintes da

⁶² Viajante naturalista alemão que percorreu o Brasil nos anos de 1817 a 1820.

⁶³ A diminuição do cultivo da cana-de-açúcar fez com que os mercados recorressem à produção inglesa e francesa.

formação do caráter brasileiro, agiam tanto no físico quanto no mental do homem. O caráter ia se moldando dessa forma, entre sentimentos e paixões que esgotavam e limitavam o funcionamento do organismo humano, causando fadiga – físico – e atrofiamento da psique, afetando a inteligência e as emoções – mental – portanto:

Na luta entre esses apetites – sem outro ideal, nem religioso, nem estético, sem nenhuma preocupação política, intelectual ou artística – criava-se pelo decurso dos séculos uma raça triste. A melancolia dos abusos venéreos e a melancolia dos que vivem na ideia fixa do enriquecimento – no absorto sem finalidade dessas paixões insaciáveis são vincos fundos na nossa psique racial, paixões que não conhecem exceções no limitado viver instintivo do homem, mas aqui se desenvolveram de uma origem patogênica provocada sem dúvida pela ausência de sentimentos afetivos de ordem superior (PRADO, 1997, p.97).

É possível notar que assim como o viajante Saint Hilaire, Paulo Prado se queixava da falta de um ideal civilizatório, justificando esses traços característicos do brasileiro como sequela de uma vida desregrada e sem costumes, alimentada somente por paixões insaciáveis, causando lacunas na constituição da identidade. Quando diz “ausência de sentimentos afetivos de ordem superior” está se referindo a falta de vínculo da Colônia com a Metrópole.

Há convergências entre as narrativas de Saint Hilaire e Paulo Prado, cabendo fazer uma ponte entre os autores. Quando Prado diz que “do enfraquecimento da energia física, da ausência ou diminuição mental, um dos resultados característicos nos homens e nas coletividades é sem dúvida o desenvolvimento da propensão melancólica (PRADO, 1997, p.97). Encontra-se o mesmo raciocínio, nos relatos do viajante:

Seja como for, as pessoas que naquelas regiões tem algum estudo, como o capelão de Jaraguá, acabam por reverter a ignorância, por constituírem uma minoria insignificante. Quando um homem instruído se vê atirado a um dos arraiais da Província de Goiás, não encontra ninguém com quem possa compartilhar seus gostos e suas ocupações favoritas. Se encontra alguma dificuldade, não achará ninguém que o ajude a sobrepujá-la, e não terá nunca a emulação para sustentar-lhe o ânimo. Pouco a pouco irá perdendo o gosto pelos estudos, que tanto apreciava, e acabará por abandoná-los inteiramente, passando a levar uma vida tão vegetativa quanto as pessoas que o cercam (HILAIRE, 2020, p.38).

A falta de um ideal civilizatório, faz nascer um povo fadigado fisicamente, sem valores e sem moral, com a luxúria e a cobiça enraizadas na veia. Forma-se assim, a identidade do brasileiro, aquele que está propenso a decair na mais profunda melancolia, um povo demasiado triste.

Além do fator civilizatório, ambos os autores defendem a influência do clima como um agente considerável que justifica tal estado de lamúria que viviam esse povo. Para Paulo Prado,

em teoria afirma que “as diferenças de clima explicam as várias modalidades de temperamento. Países de luz e calor influenciando na psicologia das populações” (PRADO, 1997, p.98). Já Saint Hilaire na prática, relata o que vivenciou “o calor se tornou insuportável que me deixou em estado de irritação [...] o calor, excessivo, ao que parece, teve também efeito negativo sobre os meus acompanhantes, pois eles se mostravam de um mau humor intolerável (HILAIRE, 2020, p.32).

Paulo Prado assim como Saint Hilaire, defende que a aproximação do homem europeu com o negro, resulta em uma grande perda dos costumes e valores, pois “os escravos eram terríveis elementos de corrupção no seio das famílias” (PRADO, 1997, p.106). Além disso, afirmava com veemência que:

O negro cativo era a base de nosso sistema econômico, agrícola e industrial, e, como que em represália aos horrores da escravidão, perturbou e envenenou a formação da nacionalidade, não tanto pela mescla de seu sangue como pelo relaxamento dos costumes e pela dissolução do caráter social, de consequências ainda incalculáveis (PRADO, 1997, p. 103).

Por fim, para o autor, as motivações que trazem à tona o sentimento da tristeza brasileira, são além da falta de cultura, do clima e do cruzamento de raças, o resultado de uma “indigência intelectual” que assombrava a Metrópole.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

À princípio foi observado que a historiografia abrange um leque de significações, sendo aplicada como a consciência crítica da história, ou seja, é a reflexão acerca do conhecimento histórico exposto nas obras. Portanto, a historiografia se torna importante por estar em constante transformação, buscando a ressignificação da história. O ano de 1929 marcou o nascimento da *Escola dos Annales* que mudou o modo de se fazer história, inaugurando a concepção de História-Problema, rompendo com a vigente historiografia francesa e causando uma mudança paradigmática no século XX, o século da história. A historiografia engloba também o conjunto de obras históricas que compõe uma nação ou até mesmo uma região, podendo ser carregada de representações e imaginários construídos. Sendo significativo pesquisar essa área a fim de perceber as continuidades e rupturas existentes em nossa história.

Ao longo dessa pesquisa foi possível compreender a construção da identidade do brasileiro na narrativa de Paulo Prado, onde o autor busca explicar os traços que compõe o caráter do brasileiro a partir de uma série de fatores como, o fato de a Colônia ser apenas um reflexo da Metrópole. Percebe-se na escrita de Paulo Prado seu esforço em resgatar no passado colonial a origem da identidade do brasileiro, na tentativa de “romper os laços que nos amarram desde o nascimento à velha Europa, decadente e esgotada” (ANDRADE, 1986, p.69). A princípio foram os degredados que embarcaram para o Brasil, os homens que a Europa descartava, chegavam ao Novo Mundo e se deparavam com o paraíso, uma imensidão natural incomparável, “habita o vastíssimo território a mais variada fauna, tão extensa como a própria flora” (PRADO, 1997, p.44). A vida livre de regras e costumes, os afastava da moral e da civilidade, a luxúria tomava conta do estilo de vida desses aventureiros, logo depois veio a cobiça e a febre do ouro, a ambição quase os levou longe, se não fosse pela melancolia que penetrava em suas veias. Esses homens sucumbiram aos pecados de uma terra paradisíaca.

Ao analisar a narrativa do viajante francês Saint Hilaire, nota-se uma contradição em suas palavras. O excêntrico viajante inicia seu relato dizendo que não se deve observar com os olhos de um europeu “não se deve julgar, porém, o interior da América segundo os padrões europeus” (HILAIRE, 2020, p.9), e o que ele mais faz em seus relatos? Ele se contradiz. Compara as ruas lamacentas com as ruas pavimentadas da Europa, compara os casebres miseráveis com os palácios da Europa, compara o jantar com os banquetes da Europa. Sendo assim, fica compreensível a criação de um imaginário decadente para a Província de Goiás. Em

seu entender, essa situação de penúria que rastejava⁶⁴ pelas ruas goianas, não resultaria em outra coisa senão em uma decadência moral que conduziria o povo sertanejo a uma vida regada de ócio e de preguiça.

Tanto o brasileiro, quanto o goiano, são protagonistas das referidas obras e encontram-se representados no período colonial. Portanto, através da análise e investigação das obras, foi possível constatar pontos que se convergem. É interessante como os autores, homens de seu tempo, um de nacionalidade brasileira, cansado do relativo abandono do Brasil e outro de nacionalidade francesa impregnado pelo seu olhar etnocêntrico e eurocêntrico, dialogam entre si ao construírem uma identidade justificada na falta de um ideal civilizatório, onde os habitantes da Colônia/Província viviam uma vida animalesca, primitiva, libertina e indolente. Diante disso, pode-se evidenciar, que antes de o goiano ser um goiano, ele é brasileiro. Por conseguinte, passa a fazer parte também dessa representação que Paulo Prado concebeu, carregando em suas veias a tristeza hereditária, proveniente do sangue brasileiro.

Duzentos anos após a independência, duzentos anos após a saída de Saint Hilaire do Brasil e cem anos após a Semana de Arte Moderna de 1922, foi levantado nessa pesquisa uma reflexão acerca da questão identitária. Uma identidade coletiva não nasce do dia para a noite, ela é criada mediante um conjunto de características que vão particularizando determinado povo, seja de uma nação ou de uma região. A identidade é criada então através de uma representação, constituindo assim um imaginário carregado de atribuições e significações. Consequentemente, ela pode ser pensada e repensada, buscando sua ressignificação. Identidade é em sua essência uma ideia que pode difundir toda uma nação ou região, em razão disso, se faz necessário levar em conta todas as subjetividades e particularidades que formam aquele povo.

Mediante a certos cenários históricos, como esse que assombra o Brasil no ano de 2022, se torna vital buscar tentar compreender as representações que fazem parte da identidade brasileira, assim como fez Paulo Prado em sua época. Cabe a nós sermos homens e mulheres de nosso tempo e buscar entender a dor e a delícia de ser o que é, como diria Caetano Veloso.

⁶⁴ Referência ao fato de Saint Hilaire achar o goiano preguiçoso, portanto o goiano não anda, ele rasteja.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A INVENÇÃO da brasilidade: identidade nacional, etnicidade e políticas de imigração. **Varia História**, Belo Horizonte, ano 2016, v. 32, n. 59, mai/ago. p. 579-582.

ALEXANDRE, Marcos. Representação Social: uma genealogia do conceito. **Comum**, Rio de Janeiro, ano 2004, v. 20, n. 23. p. 122-138.

ANDRADE, Iara. Algumas reflexões sobre o conceito de identidade nacional. In: ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH-RIO, XIV., 2010, Rio de Janeiro. **Memória e Patrimônio** [...]. Rio de Janeiro: Associação Nacional de História, 2010.

ANDRADE, Oswald. Manifesto da Poesia Pau-Brasil. In: TELES, Gilberto Mendonça. **Vanguarda Europeia e Modernismo Brasileiro**. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

ARRUDA, José J. Historiografia: consciência crítica da produção histórica e Territórios historiográficos contemporâneos: por uma nova síntese histórica. In: ARRUDA, José Jobson (Orgs.). **Historiografia teoria e prática**. São Paulo: Alameda, 2014.

ARRUDA, José J.; TENGARRINHA, José M. **Historiografia luso-brasileira contemporânea**. São Paulo: EDUSC, 1999.

BARROS, José A. A Nova História Cultural: considerações sobre seu universo conceitual e seus diálogos com outros campos históricos. **Cadernos de História**, Belo Horizonte, ano 2011, v. 12, n. 16.

BARROS, José A. A Nouvelle Histoire e os Annales: entre continuidades e rupturas. **Revista de História**, Bahia, ano 2013. p. 308-340.

BARROS, José A. Historicismo: notas sobre um paradigma. **Antíteses**, v.5, n.9, p. 391-419, 2012.

BERTRAN, Paulo. A Memória consútil e a goianidade. **Revista UFG**, Goiânia, ano 2006, v. 8, n. 1. p. 62-67.

BLOCH, Marc. **Apologia da História**: ou o ofício de historiador. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BURKE, Peter. **O que é História Cultural?** Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

CARDOSO, Ciro F. **Uma opinião sobre as representações sociais**. In: Representações – Contribuição a um debate transdisciplinar. Campinas: Papirus, 2000, p.9-29.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. **Estudos avançados**, v. 5, p. 173-191, 1991.

CHAUL, Nasr F. **Caminhos de Goiás**: da construção da decadência aos limites da modernidade. Goiânia: Ed. UFG, 1997.

CHAUL, Nasr F. A Identidade Cultural do Goiano. **Cienc, Cult.**, São Paulo, v.63, n.3, p.42-43, jul 2011.

CORRÊA, Margarida Maria da Silva. Naturalistas e viajantes estrangeiros em Goiás (1800-1850) In: CHAUL, F. N.; RIBEIRO, Paulo. R. (Orgs.) **Goiás: identidade, paisagem e tradição**. Goiânia: Ed. Da UCG, 2001.

CORDEIRO, Cecília Siqueira. **Historiografia e história da historiografia**: alguns apontamentos. Anais do XVIII Simpósio Nacional de História, 2015.

DUBY, Georges. **Problemas e métodos em história cultural**. In: Idade Média, Idade dos homens – do amor e outros ensaios. São Paulo, Companhia das Letras, 1990, p.125.

FILHO, Robson. Olhares Estrangeiros sobre Goiás: do viajante ao Missionário na Produção da Alteridade sobre o Sertão Goiano. **Caminhos**, Goiânia, ano 2015, v. 13, n. 1, jan/jun. Revista de Ciências da Religião, p. 66-83.

HOLANDA, Sérgio B. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Cia das Letras, 2014.

JESUS, Raick S. Experiências das viajantes naturalistas durante o século XIX e as representações do Brasil oitocentista. **Revista Brasileira de História da Ciência**, v. 12, n. 2, p. 236-255, 2019.

LEITÃO, Tania Maria de Maio. **Abastecimento alimentar em Goiás na primeira metade do século XIX**. Orientador: Sonia Maria de Magalhães. 2012. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2012.

LEMKE, Maria. **Trabalho, família e mobilidade social**: - notas do que os viajantes não viram em Goiás. c.1770- c.1847. Orientador: Élio Cantalício Serpa. 2012. Tese (Doutorado) - Curso de História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2012.

MAKOWIECKY, Sandra. Representação: a palavra, a ideia, a coisa. **A condição humana na modernidade**: representações da modernidade, [s. l.], v. 57, 2003.

MARTINS, Fátima de Macedo. **Saint-Hilaire em Goiás**: ciência, viagem e missão civilizatória. Orientador: Maria Fernanda. 2017. Tese (Doutorado) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

MENEZES, Marcos A.; SILVA, Adriano F. Relatos de Viajantes em Goiás: discussões com a historiografia regional. **Emblemas**, ano 2012, v. 9, n. 2, jul/dez. História e Ciências Sociais, p. 65-77.

ODALIA, Nilio. **As formas do mesmo**: ensaios sobre o pensamento historiográfico de Varnhagen e Oliveira Vianna. São Paulo: UNESP, 1997.

OLIVEIRA, Maria F. Uma Releitura dos Viajantes Europeus: nem tudo era decadência em Goiás no século XIX. **Territórios e Fronteiras**, Cuiabá, ano 2018, v. 11, n. 1, jan/jul. p. 308-323.

PITKIN, Hannah F. O conceito de representação. **Política e Sociedade**. São Paulo: Nacional, v. 2, p. 8-22, 1979.

PRADO, Paulo. **Retrato do Brasil**: ensaio sobre a tristeza brasileira. São Paulo: Cia das Letras, 1997.

REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil**: de Varnhagen a FHC. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

SAINT-HILAIRE, Auguste. **Viagem à Província de Goiás**. Belo Horizonte: Garnier, 2020.

SANTOS, Dominique V. Acerca do conceito de representação. **Revista de Teoria da História**, Goiânia, ano 2011, v. 3, n. 6.

SANTOS, Inglas. **Entre Acordes da Goianidade**: identidade e regionalismos na música goiana (1992-2013). Orientador: Heloísa Selma Fernandes Capel. 2021. Tese (Doutorado) - Curso de História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2021.

SOUZA, Laura de Mello. Aspectos da Historiografia da Cultura sobre o Brasil Colonial. *In*: FREITAS, Marcos C (Orgs.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo: Contexto, 1998.

TILIO, Rogério. Reflexões acerca do conceito de identidade. **Revista Eletrônica do Instituto de Humanidades**, Rio de Janeiro, ano 2009, v. 8, n. 29.